

Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses

Carla Paiva* & Bárbara Figueiredo**

RESUMO

O presente estudo debruça-se sobre a problemática do abuso no quadro do relacionamento íntimo em jovens adultos portugueses. Foi conduzido com o objectivo de determinar a prevalência de perpetração e de vitimização de diferentes tipos de abuso, especificamente: abuso físico sem sequelas, abuso físico com sequelas, agressão psicológica e coerção sexual.

Participaram nesta investigação 318 estudantes universitários (46.2% do sexo masculino e 53.8% do sexo feminino) do ensino superior público e privado, com idades compreendidas entre os 19 e os 39 anos. Os sujeitos preencheram a versão portuguesa do questionário "Revised Conflict Tactics Scales" (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996).

Os resultados mostram que, em termos quer de perpetração quer de vitimização, a agressão psicológica é o tipo de abuso mais prevalente na amostra (53.8-50.8%), seguido da coerção sexual (18.9-25.6%) e do abuso físico sem sequelas (16.7-15.4%); enquanto que o abuso físico com sequelas ocorre com menos frequência (3.8-3.8%). No que se refere às diferenças de género, os homens perpetram mais coerção sexual (33.7-8.0%) e são também mais vítimas de abuso físico com sequelas (6.9-1.5%) do que as mulheres. As formas de abuso ligeiras sobrepõem-se em frequência às formas mais severas e à presença de ambos os tipos de severidade. A perpetração por parte de ambos os elementos (sujeito/companheiro) é em número superior à perpetração por apenas um dos elementos da diáde, sendo que a perpetração e a vitimização estão significativamente associadas.

Este estudo caracteriza a qualidade do relacionamento íntimo em jovens adultos e sugere pistas para delinear estratégias de prevenção das diferentes formas de abuso no relacionamento pré-marital.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso físico; Agressão psicológica; Coerção sexual; Jovens adultos; Relacionamento íntimo.

* Licenciada em Psicologia e Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia no Departamento de Psicologia da Universidade do Minho. cpaiva@iep.uminho.pt

** Professora Associada no Departamento de Psicologia da Universidade do Minho. bbfi@iep.uminho.pt

Trabalho desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/6943/2001).

Introdução

76

A evidência científica tem reportado que as experiências de abuso no relacionamento íntimo no início da idade adulta tendem a ser frequentes. A prevalência destas experiências varia, consoante os estudos, entre 25 e 45%, valores muito superiores ao abuso no relacionamento marital que ocorre em apenas 10 a 15% das díades (Barnett, Miller-Perrin & Perrin, 1997; Stets & Straus, 1990; Sugarman & Hotaling, 1989, 1991, 1996). Não só o abuso nesta fase do ciclo de vida é muito corrente, como existe uma continuidade entre o abuso que se inicia durante o namoro e prossegue no casamento (O'Leary, Barling, Arias, Rosenbaum, Malone & Tyree, 1989). Por esta razão, poderá fazer sentido e é inteiramente justificada a investigação do abuso no relacionamento íntimo pré-marital, de modo a possibilitar a sua prevenção ou identificação o mais precocemente possível.

Em Portugal, à semelhança do que acontece na maioria dos países, os estudos focalizados nesta temática com amostras não clínicas são praticamente inexistentes, surgindo assim a necessidade de conhecer a ocorrência deste fenómeno, como forma de determinar *a posteriori* os factores envolvidos neste tipo de incidentes e delinear linhas de acção não apenas em termos da prevenção primária como também em termos da intervenção a encetar junto das pessoas envolvidas em relações abusivas.

Neste artigo, iremos tratar do abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro, descrevendo a prevalência e cronicidade dos diferentes tipos de abuso numa amostra de estudantes universitários portugueses. Situar-nos-emos na idade adulta, dando particular relevo ao início desta fase da vida, porque é neste momento que o abuso tende a ser mais prevalente (Bachman & Saltzman, 1995) e que a qualidade do relacionamento com o companheiro poderá ser mais determinante para a duração e qualidade futura do mesmo (Paiva & Figueiredo, 2004).

1. Prevalência

Em 1981, James Makepeace refere pela primeira vez que 21% dos estudantes pré-universitários experienciam ou perpetraram um ou mais actos de agressão física no contexto das suas relações com o companheiro. Esta investigação pioneira, ao incluir o abuso físico e sexual no estudo das relações interpessoais íntimas, motivou, durante as décadas de 80 e 90, uma crescente ênfase nesta problemática que até aí havia sido pouco estudada. Outros autores confirmam também a elevada prevalência de abuso no relacionamento pré-marital em estudantes universitários, que oscila entre 16.5 e 60% consoante os estudos (Bernard & Bernard, 1983; Cate, Henton, Koval, Christopher & Lloyd, 1982; Henton, Cate, Koval, Lloyd & Christopher, 1983; Laner & Thompson, 1982).

Nos EUA, estima-se que 4 milhões de mulheres por ano são vítimas de algum tipo de agressão física grave por parte do companheiro; cerca de 1 milhão por ano são vítimas de violência não fatal (Rush, 2000). O grupo que reporta mais violência é o dos 19 aos 29 anos de idade, alertando para a maior necessidade de prevenção nesta faixa etária (Bachman & Saltzman, 1995). Só no ano de 1996, as estatísticas oficiais dão conta que 1.5 milhões de mulheres e 834.700 homens sofreram abuso físico ou sexual por parte do seu companheiro (FBI, 1996). Em 1998, cerca de 1.830 homicídios foram atribuídos ao

companheiro, sendo 3/4 das vítimas mulheres (Rennison & Welchans, 2000). Entre os anos de 1993 e 1998, cerca de 2/3 das vítimas de abuso pelo companheiro referem sequelas físicas, enquanto que 1/3 reporta apenas ameaças ou tentativas de violência. Entre as vítimas com sequelas graves (por exemplo, ossos partidos, perfurações de balas), a percentagem de homens e mulheres é bastante semelhante (4% e 5% respectivamente), o mesmo não acontecendo para as sequelas menores (por exemplo, cortes e feridas), que são mais frequentemente encontradas nas mulheres (mais de 4/10) do que nos homens (menos de 3/10) (Rennison & Welchans, 2000). A maioria das vítimas de abuso pelo companheiro não procura assistência médica para tratamento das sequelas decorrentes do mesmo, o que acontece em cerca de 6/10 mulheres e homens (*op. cit.*).

Em Portugal, dados da polícia judiciária indicam, para o último trimestre de 1998, 1507 queixas de agressões no relacionamento íntimo das quais 70% são contra a integridade física (Dias, 2000). Recentemente, os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2003), a respeito do ano 2002, reportam o abuso no relacionamento íntimo como o principal tipo de crime referido pelos utentes (18.587 casos), referindo-se especificamente ao abuso físico (29.3% do total de crimes contabilizados) e ao abuso psicológico (28.1%). Estes relatórios apontam ainda uma relação inversa entre os agentes e as vítimas, sendo os primeiros maioritariamente do sexo masculino e os segundos maioritariamente do sexo feminino. Ainda a respeito das vítimas que recorreram a um serviço de ajuda telefónica durante o ano de 1999, encontram-se 2126 vítimas de agressão física, 839 de agressão psicológica e 142 de agressão sexual, sendo a idade mais corrente entre os 25 e os 44 anos e o perpetrador mais citado o companheiro ou cônjuge (*op. cit.*).

1.1. Abuso físico

O abuso físico é definido como o '*uso de ameaça ou força física ou restrição levada a cabo no sentido de causar dor ou injúria a outrem*' (Sugarman & Hotaling, 1989, 4). Atendendo à ocorrência deste tipo de abuso no contexto do relacionamento íntimo, faremos uma breve referência a alguns estudos de prevalência, a maioria dos quais realizados nos EUA.

Sugarman e Hotaling (1989) identificaram onze trabalhos que relatam as elevadas taxas de agressão física no contexto das relações íntimas pré-maritais, que variam entre 20 e 59%. Ainda estes autores, utilizando uma amostra de estudantes americanos, estimam que cerca de 33% dos homens tiveram comportamentos de abuso físico e 36% das mulheres foram vítimas deste tipo de abuso no contexto do seu relacionamento íntimo (*op. cit.*).

Numa amostra representativa da população americana de indivíduos não casados e com idades entre os 18 e os 30 anos, Stets e Henderson (1991) constatam que 30% dos sujeitos referem ter sido vítima de agressão física, nos 12 meses que antecederam a investigação. White e Koss (1991) mostram que 37% dos estudantes universitários do sexo masculino da amostra do seu estudo e 35% do sexo feminino perpetraram ou foram vítimas de abuso físico pelo menos uma vez no último ano. Por sua vez, Bergman (1992), numa amostra de estudantes pré-universitários americanos, encontra que 15.7% das mulheres e 7.8% dos homens sofreram abuso físico por parte do companheiro. Carver (2000), também numa amostra de estudantes (pré-universitários) americanos, observa

que um número elevado de mulheres está envolvido numa relação violenta com o companheiro (52%). Numa amostra de estudantes universitários americanos de ambos os sexos, Dye e Eckhardt (2000) verificam que 27% reportam ter perpetrado algum tipo de agressão física contra o seu actual companheiro.

Entretanto, no Canadá, Barnes, Greenwood e Sommer (1991), encontram que, numa amostra de estudantes pré-universitários do sexo masculino, 42% dos sujeitos refere ter praticado algum tipo de abuso físico sobre a companheira.

Na Nova Zelândia, Magol, Moffitt, Casi e Newman (1997), num estudo de *cohort* em jovens adultos com 21 anos de idade, revelam que 35.8% das mulheres e 21.8% dos homens da amostra perpetraram formas ligeiras de abuso físico ao companheiro e que 12.7% das mulheres e 21.2% dos homens reportam terem sido vítimas de abuso físico severo pelo companheiro. As formas mais severas de abuso físico acontecem com menos frequência tanto para as mulheres (18.6%) como para os homens (5.7%).

Mais recentemente, Straus, Aldrichi, Borochowitz, Brownridge, Chan, Figueiredo et al. (2002), considerando a prevalência de abuso físico numa amostra de 3.086 estudantes universitários de ambos os sexos oriundos de 14 países, mostram que 28.2% dos sujeitos inquiridos relatam ter perpetrado algum tipo de abuso físico sobre o companheiro (27.7% do sexo masculino e 28.7% do sexo feminino). Para além disso, em 9.7% da amostra estão presentes formas mais severas de abuso físico, embora esta prevalência oscile consoante os países entre 16 e 51%. Quando se comparam os diferentes locais onde o estudo foi realizado, é no México (Juarez) que se encontram valores superiores de abuso físico no relacionamento íntimo (referido por 51% dos participantes), nomeadamente nas suas formas mais severas (15.9%). Entre os países em que é menor a prevalência de abuso físico perpetrado sobre o companheiro, encontra-se o Canadá (Hamilton), tanto para o abuso físico total (16.1%) como para as formas mais severas deste tipo de abuso (5.8%). Portugal e Israel apresentam valores ligeiramente inferiores à maioria dos países, no que concerne ao abuso físico, quer em termos gerais (20%) quer no referente às suas formas mais severas (7.1%).

Não existe consenso entre os investigadores quanto à existência de diferenças de género para o abuso físico sem sequelas, dado que alguns defendem que as mulheres perpetraram mais este tipo de abuso do que os homens (Magol et al, 1997; Plass & Gessner, 1983; Straus et al., 2002), enquanto outros reportam que elas são mais vítimas do que os homens (Bachman, 1998; Bernard & Bernard, 1983; Makepeace, 1983; Rennison & Welchans, 2000), ou que a mesma prevalência pode ser encontrada em mulheres e homens (Bachman, 1998; Marshall & Rosen, 1987; Stets & Straus, 1990; Straus, Gelles, & Steinmetz, 1980). No entanto, quando atendem a formas mais graves de abuso físico (com sequelas), os autores são mais consensuais em considerar que os homens são mais perpetradores deste tipo de abuso do que as suas companheiras, que por consequência são mais frequentemente vítimas (Makepeace, 1983; Rennison & Welchans, 2000; Stets & Straus, 1990; Straus et al., 2002). Todavia, alguns autores não encontram diferenças consoante o género na perpetração e vitimização do abuso físico com e sem sequelas (White & Koss, 1991; Deal & Whampler, 1986; Stets & Pirog-Good, 1987). Outros ainda salientam que o abuso tende a ocorrer de forma mais recíproca que isolada (Deal & Whampler, 1986), mas quando acontece isoladamente os homens são 3 vezes mais vítimas do que as mulheres.

Focalizados essencialmente nas relações pré-maritais e atendendo ao número de vítimas ou ao número de agressores, os estudos apresentados mostram que o abuso físico acontece com elevada frequência no quadro do relacionamento íntimo com o companheiro (sendo perpetrado por 15 a 50% dos sujeitos das amostras estudadas).

1.2. Coerção sexual

A coerção sexual é habitualmente definida como *'um comportamento cuja finalidade é compelir o companheiro a uma interação sexual contra a sua vontade; variando os actos coercivos desde a insistência ou ameaça, ao uso da força física'* (Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996, 290). Entre 6 a 28% das mulheres refere ter sido violada (i.e., penetração conseguida através do uso de ameaça ou força) por um namorado ou pessoa conhecida (DeKerseredy & Schwartz, 1998; Kilpatrick, Best, Saunders & Vernon, 1988; Muehlenhard & Linton, 1987). Quando, na definição deste tipo de abuso, se inclui a tentativa de violação, a proporção de mulheres que refere abuso sexual aumenta para 39% (Koss, 1988).

Koss, Gidycz e Wisniewski (1987), numa amostra de estudantes do ensino superior, referem que 53.7% das mulheres reportam algum tipo de vitimização sexual e 25.1% dos homens algum tipo de perpetração sexual no relacionamento com o companheiro. Mais de 50% dos sujeitos de uma amostra representativa de estudantes universitários do sexo feminino relatam terem sido vítimas de algum tipo de experiência sexual indesejada no relacionamento com o companheiro, sendo que 12% destes actos foram perpetrados numa relação casual e 43% em relações estabelecidas (Abbey, Ross, McDuffie & McAuslan, 1996). Bergman (1992) constata que, numa amostra de estudantes universitários, cerca de 15.7% das mulheres e 4.4% dos homens reportam abuso sexual pelo companheiro.

Straus et al. (2002), no estudo supracitado, encontram que 24.7% dos sujeitos de uma amostra de estudantes universitários de 14 países (N=3086) perpetraram coerção sexual sobre o companheiro (39.9% dos sujeitos do sexo masculino e 18.6% do sexo feminino), sendo que 3% referem ter feito uso de ameaças e 3.2% ter feito uso da força para conseguir o relacionamento sexual. O Brasil é o país que apresenta valores superiores de coerção sexual sobre o companheiro (41.6%); em Portugal (23%), a prevalência é semelhante à maioria dos países estudados (24.7%); outros locais denotam valores mais baixos: Hong Kong (7.5%), seguido dos USA (Utah) (13.7%). Nas formas mais severas de coerção sexual, o uso da força para conseguir o relacionamento sexual com o companheiro é mais prevalente no Texas (6.3%) e Canadá (Winnipeg) (5.9%) e menos prevalente na Suíça (parte alemã) (1.1%), Israel e Portugal (1.5%).

Considerando o género do perpetrador, os homens são mais vezes noticiados na perpetração de coerção sexual do que as mulheres (Rennison & Welchans, 2000; Straus et al., 2003).

Deste modo, quando nos focamos na análise da prevalência de qualquer forma de abuso sexual no relacionamento com o companheiro, a prevalência varia entre 24.7% e 50% consoante os estudos, sendo esta prevalência menor se atendemos especificamente às formas mais severas de abuso sexual, situando-se contudo entre 6 e 39%.

1.3. Abuso psicológico

O abuso psicológico é definido como ‘um padrão de comunicação, quer verbal quer não verbal, com a intenção de causar sofrimento psicológico na outra pessoa, ou que é percebido como tendo essa intenção’ (Straus & Sweet, 1992, 347). Straus e Sweet (1992), ao estudar 5232 casais norte-americanos, encontram valores elevados de prevalência de abuso psicológico, semelhantes para homens (26%) e mulheres (25%), e mostram que à presença de abuso psicológico se associa *a posteriori* ocorrência de abuso físico.

Stets (1990), numa investigação alargada à população americana, verifica que 65% dos homens têm comportamentos de abuso verbal ou psicológico para com a companheira. Numa amostra de estudantes universitários de ambos os sexos, White e Koss (1991) reportam que 81% dos homens e 88% das mulheres foram vítimas ou perpetraram algum tipo de agressão psicológica / verbal sobre o companheiro. Magol et al. (1997), quando consideram uma amostra de jovens adultos, salientam que um elevado número de mulheres (94.6%), superior ao de homens (85.8%), reporta perpetrar actos de agressão verbal sobre o companheiro; contrariamente, os homens referem ser mais frequentemente vítimas deste tipo de abuso (89.7%) do que as mulheres (83.8%). Na investigação de Coker, Smith, Bethea, King e McKeown (2000), envolvendo 1152 mulheres com idades entre 18 e 65 anos, 13.6% referem a ocorrência de abuso psicológico na ausência dos outros tipos de abuso.

Os estudos que referimos situam a prevalência do abuso psicológico em 14 a 95% dos indivíduos inquiridos. Embora seja frequentemente sub-reportado e não identificado como abuso, a agressão psicológica é o tipo de abuso mais prevalente. No entanto, só mais recentemente os investigadores se debruçaram sobre o seu estudo, na sequência do facto de ser muitas vezes o precursor de outras formas de abuso e de ser o tipo de abuso com mais efeitos em termos da saúde das vítimas (Coker & Davis, 2001). Em termos de diferenças de género para a agressão psicológica, Straus e Sweet (1992) sustentam que ambos os sexos perpetraram do mesmo modo este tipo de abuso, enquanto que outros estudos apontam que as mulheres recorrem mais frequentemente a este tipo de agressão e os homens à agressão física (e.g. Magol et al., 1997).

Verificamos assim que é frequente a ocorrência de abuso no relacionamento íntimo com o companheiro no início da idade adulta. O abuso psicológico e o abuso físico sem sequelas são os mais prevalentes, seguindo-se o abuso sexual e o abuso físico com sequelas. O estudo que passamos a apresentar tem como objectivos: (a) determinar a prevalência, severidade e cronicidade do abuso (abuso físico, abuso psicológico, coerção sexual) no relacionamento íntimo de jovens adultos portugueses; (b) analisar as diferenças de género na perpetração e vitimização associados a cada um dos tipos de abuso nesta amostra.

2. Metodologia

2.1. Amostra

A amostra é constituída por jovens adultos estudantes universitários, frequentando uma de nove licenciaturas (à excepção da licenciatura em psicologia) do ensino universitário português público e privado.

Participaram neste estudo 318 sujeitos, dos quais 147 (46.2%) são do sexo masculino e 171 (53.8%) são do sexo feminino. Em termos do grau académico que frequentam, a grande maioria (84.5%) encontra-se no 2º e 3º anos, (37.1% e 47.2%, respectivamente), como pode verificar-se no quadro 1.

A idade dos inquiridos está compreendida entre os 19 e os 39 anos. Cerca de metade da amostra (53.2%) encontra-se na faixa etária dos 19 aos 21 anos, 35.5% na faixa etária entre os 22 e os 24 anos e 6.9% na faixa etária dos 25 aos 29 anos, sendo os restantes 3.8% pertencentes à faixa etária dos 30 aos 39 anos de idade.

Considerando o grau de escolaridade da mãe e do pai dos participantes, verificámos que em grande parte da amostra a escolaridade é inferior a 9 anos (74.2% dos pais e 77.7% das mães), uma considerável percentagem de pais e mães têm menos de 4 anos de escolaridade (44.3% dos pais, 46.2% das mães) e apenas um número reduzido completou estudos superiores (7.4% dos pais, 10.6% das mães). No que se refere ao rendimento familiar, a maioria dos indivíduos (41.6%) pertence à categoria dos 600-1200 € mensais; com menos que o salário mínimo nacional encontram-se 3.0% dos participantes e apenas 2.7% da amostra apresenta um rendimento superior a 3000 € mensais.

Para 85.8% dos inquiridos os pais encontram-se casados entre si. Em 10% um ou ambos os pais já faleceram e em 3.1% os pais encontram-se divorciados, distribuindo-se os restantes 1.3% pelas categorias separados, juntos mas não casados e não casados nem juntos. Caracterizando os elementos que coabitam com o sujeito, mais de metade da amostra (57.7%) vive actualmente com os pais, 7.9% encontram-se a viver com o companheiro, 18.1% vive em quarto próprio e 14% partilham o quarto com um colega que não o companheiro.

Passaremos de seguida à caracterização do relacionamento íntimo dos participantes em termos de: existência actual, duração, tipo de relação, sexo do companheiro e componente sexual (cf. Quadro 2).

Verificámos que 4 em cada 5 sujeitos (20%) referem que têm ou tiveram um relacionamento com duração superior a um mês no último ano, na questão relativa à existência de um relacionamento íntimo. Mais de metade dos participantes (59.1%) apresenta um relacionamento com duração igual ou superior a 1 mês, 24.6% referem que 'embora neste momento não tenha, já teve um relacionamento que durou pelo menos um mês', e 16.3% referem que 'nunca teve um relacionamento que durasse pelo menos um mês'.

Considerando a duração do relacionamento íntimo mais recente, para mais de metade da amostra (46.4%) a relação teve uma duração superior a dois anos, para 16.2% teve uma duração entre 1 e 2 anos, para 14% a duração está compreendida entre 6 e 12 meses, para 8.3% a duração compreende entre 3 e 5 meses, para 11.3% a duração é de 1 a 2 meses e 3.8% da amostra reporta uma relação com menos de 1 mês de duração. No momento de resposta ao questionário, 70.0% dos sujeitos referem que o relacionamento íntimo não terminou, contrariamente aos restantes 30.0% que terminaram a relação. Nesta última categoria de sujeitos, 3.2% referem que o relacionamento havia terminado há menos de 1 mês, 3.6% que tal aconteceu no último ou penúltimo mês, para 2.4% o relacionamento terminou 3-5 meses antes, 7.9% diz que o relacionamento terminou há 6-12 meses atrás e para 13.0% o relacionamento terminou há mais de 12 meses.

Quadro 1 - Caracterização sócio-demográfica dos participantes (N=318)

	%
Sexo (N=318)	
Masculino	46.2
Feminino	53.8
Ano que frequenta na universidade (N=317)	
2º ano	37.2
3º ano	47.3
4º-6º ano	15.5
Idade dos participantes (N=314)	
19 anos	12.1
20 anos	20.7
21 anos	20.4
22-24 anos	36.0
25-29 anos	7.0
30-39 anos	3.8
Rendimento mensal da família (N=298)	
< 300 Euros	3.0
300-600 Euros	16.4
600- 1200 Euros	41.6
1200-1800 Euros	19.1
1800-2400 Euros	10.4
2400- 3000 Euros	6.7
3000- 3600 Euros	2.0
Estado civil actual dos pais (N=318)	
Casados entre si	85.8
Separados	0.3
Divorciados	3.1
Não casados entre si nem a viver juntos	0.6
Não casados mas vivem juntos	0.3
Um ou ambos os pais faleceram	9.7
Pessoas com quem vive o sujeito (N=265)	
Com o/a companheiro/a	7.9
Num quarto próprio. Não partilha o quarto	18.1
Com um/a colega de quarto, não o/a companheiro/a	14.0
Com os pais	57.7
Outras situações	2.3
Escolaridade do pai (mãe) (N=314)	
< 4 anos	44.9 (46.8)
5-6 anos	14.0 (17.2)
7-9 anos	15.3 (13.7)
10-12 anos	18.5 (11.8)
Licenciatura	6.1 (9.6)
Pós licenciatura	1.3 (1.0)

Quanto ao tipo de relacionamento íntimo, a grande maioria dos participantes (83.4%) refere ter uma relação do tipo 'namoro', 7.5% dizem tratar-se de uma relação 'sem compromisso', 7.2% relatam ter um relacionamento do tipo 'casamento' e 1.9% estar 'a viver maritalmente'. Para a maioria dos participantes (73.0%) a relação envolve uma componente sexual, sendo que para 27% o relacionamento não integra essa componente. Em termos do género do companheiro, 55.8% é do sexo masculino e 44.2% é do sexo feminino, pelo que a quase totalidade da amostra pertença à categoria heterossexual (98.5%), restringindo-se à categoria homossexual apenas 1.5% dos sujeitos.

Quadro 2 – Caracterização do relacionamento íntimo dos participantes (N=318)

	%
Situação actual quanto ao relacionamento íntimo (N=313)	
Neste momento tem um relacionamento \geq 1 mês	59.1
Não tem agora mas já teve 1 relacionamento \geq 1 mês	24.6
Nunca teve um relacionamento que durasse \geq 1 mês	16.3
Há quanto tempo dura/ durou o relacionamento íntimo (N=265)	
Menos de 1 mês	3.8
Aproximadamente 1 mês	4.2
Aproximadamente 2 meses	7.2
3-5 meses	8.3
6-11 meses	8.3
Aproximadamente 1 ano	5.7
Mais de 1 e menos de 2 anos	16.2
2 anos ou mais	46.4
Há quanto tempo terminou o relacionamento íntimo (N=253)	
Não terminou	70.0
Há menos de 1 mês	3.2
Há aproximadamente 1 mês	0.8
Há aproximadamente 2 meses	2.8
Há 3 a 5 meses atrás	2.4
Há 6 a 11 meses atrás	4.7
Aproximadamente há 1 ano atrás	3.2
Há mais de 1 ano	13.0
Tipo de relacionamento íntimo (N=265)	
Sem compromisso	7.5
Namoro	83.4
Casamento	7.2
A viver maritalmente	1.9
O relacionamento íntimo tem / tinha uma componente sexual (N=263)	
Não	27.0
Sim	73.0
Orientação sexual (N=265)	
Heterossexual	98.5
Homossexual	1.5

2.2. Instrumentos

2.2.1. Revised Conflict Tactics Scales (CTS2-Straus, Hamby, Boney-McCoy, & Sugarman, 1996; versão portuguesa da autoria de Paiva & Figueiredo, 2002)

O questionário CTS-2 permite avaliar a qualidade do relacionamento e identificar os casais que experienciam os seguintes tipos de abuso: *a) abuso físico sem sequelas* (e.g., ‘atirei ao meu companheiro alguma coisa que o poderia magoar’), *b) abuso físico com sequelas* (e.g., ‘tive uma fractura devido a uma luta com o meu companheiro’), *c) agressão psicológica* (e.g., ‘destruí algo que pertencia ao meu companheiro’) e *d) coerção sexual* (e.g., ‘recorri a ameaças para fazer com que o meu companheiro tivesse relações sexuais comigo’).

Este questionário contabiliza o número de ocorrências em que o sujeito perpetrou cada um dos itens durante o último ano e o número de ocorrências em que no mesmo período de tempo o item foi perpetrado pelo companheiro, obtendo-se por consequência dados em termos quer de perpetração quer de vitimização. Inclui 8 categorias de resposta,

sendo as primeiras seis destinadas a determinar a incidência e cronicidade no último ano [(1) uma vez no ano anterior, (2) duas vezes no ano anterior, (3) 3-5 vezes no ano anterior, (4) 6-10 vezes no ano anterior, (5) 11-20 vezes no ano anterior, (6) mais de 20 vezes no ano anterior] e as outras duas categorias destinadas a determinar a prevalência [(7) não no ano anterior mas ocorreu anteriormente] e a inexistência deste tipo de abuso [(8) nunca aconteceu]. Permite ainda valores para diferentes níveis de severidade do abuso, entendido no sentido do risco de sequelas para a vítima, classificando os itens em 'ligeiro' ou 'severo'.

As escalas CTS-2 apresentam boa consistência interna (Straus et al., 1996). Os valores de *alpha* para as escalas são: negociação = .86, agressão psicológica = .79, abuso físico sem sequelas = .86, coerção sexual = .87, abuso físico com sequelas = .95. De entre as cinco escalas, a escala de agressão psicológica é aquela que apresenta valores menores de consistência interna. Os valores de consistência interna da versão portuguesa são apenas significativamente inferiores nas escalas que se referem a itens cuja ocorrência é rara na amostra portuguesa. Os valores da consistência interna (*alpha*) para a versão portuguesa das CTS-2 são os seguintes: negociação = .70, agressão psicológica = .67, abuso físico sem sequelas = .74, coerção sexual = .40, abuso físico com sequelas = .66 (Straus et al., 2003).

2.2.2. Procedimentos

O questionário CTS-2 foi administrado nos tempos lectivos dos alunos a quem propusemos participar no estudo. O tempo necessário para o preenchimento dos instrumentos foi cerca de 90 minutos. Antes da administração dos questionários foi explicado o objectivo do estudo (a qualidade do relacionamento íntimo em jovens adultos) e o carácter voluntário e anónimo da participação (podendo os sujeitos preencherem ou não os questionários e não devendo escrever o nome em nenhuma das partes do mesmo). Foi solicitado aos alunos que depositassem o questionário numa caixa que se encontrava à saída da sala, independentemente do facto de terem ou não respondido às questões. Apenas 1% dos sujeitos deixou o questionário totalmente em branco ou recusou-se a participar.

2.2.3. Tratamentos estatísticos

Para o tratamento estatístico utilizou-se o programa SPSS-11 e foram aplicados os seguintes testes: análise de frequências para a prevalência e cronicidade; para a cronicidade aplicou-se o teste de diferenças de médias para amostras independentes (t de Student), por se tratar de uma variável contínua, e quando se considerou apenas os sujeitos com abuso recorreu-se à estatística não paramétrica nomeadamente ao teste de amostras emparelhadas para comparar duas dimensões de cronicidade num mesmo sujeito; para a prevalência utilizou-se, para testar as diferenças de proporções, o teste Qui-quadrado, 'odds ratio' e o teste binomial, uma vez que se trata de uma variável categórica / dicotómica.

3. Resultados

3.1. Prevalência, severidade e perpetrador

Apresentamos de seguida os valores de prevalência e cronicidade durante o último ano para cada uma das escalas do questionário CTS-2 (abuso físico sem sequelas, abuso físico com sequelas, agressão psicológica e coerção sexual), atendendo ao grau de severidade e aos perpetradores companheiro (vitimização) e sujeito (perpetração) (cf. Quadro 3).

3.1.1. Abuso físico sem sequelas

No que concerne ao abuso físico sem sequelas, 15.4% dos participantes são vítimas de alguma forma de severidade deste tipo de abuso, contabilizando-se: 13.3% dos participantes enquanto vítimas de abuso físico sem sequelas ligeiro e 6.3% dos participantes enquanto vítimas de abuso físico sem sequelas severo; estas diferenças entre as formas de severidade não apresentam todavia significado estatístico ($\chi^2(1) = 1.000$, n.s.).

Por outro lado, 16.7% da amostra referem a perpetração de algum tipo de abuso físico sem sequelas no último ano, distribuindo-se um número superior de sujeitos na categoria de perpetrador de abuso físico sem sequelas ligeiro (15.4%) do que no abuso físico sem sequelas severo (5.5%); as proporções diferem significativamente ($\chi^2(1) = 4.333$, $p = .037$).

Quando consideramos a perpetração e a vitimização do abuso físico sem sequelas total, a taxa de incidência dos sujeitos que são vítimas relativamente aos sujeitos que perpetraram este tipo de abuso estão associadas [odds ratio = 154.778, 95% IC (44.68-565.17)], sendo que os sujeitos que reportam ser vítimas deste tipo de abuso são também mais perpetradores. Para além disso, ao efectuarmos uma análise prospectiva baseada nestes resultados, os sujeitos que perpetraram abuso físico sem sequelas têm uma probabilidade 20 vezes superior de, no futuro, serem vítimas [RR = 20.22, 95% IC (10.53-38.83)], relativamente aos que não perpetraram que apresentam uma probabilidade significativamente menor [RR = .131, 95% IC (.052-.327)].

3.1.2. Abuso físico com sequelas

O mesmo número de inquiridos refere que perpetraram (3.8%) ou é vítima (3.8%) de abuso físico com sequelas na sua totalidade, sendo este o tipo de abuso menos prevalente entre todos os tipos de abuso previstos no questionário CTS-2.

No que concerne a severidade, um número mais elevado de sujeitos reporta ser vítima de abuso físico com sequelas ligeiro (3.4%) do que severo (0.4%), sendo as diferenças proporcionais significativas ($\chi^2(1) = 5.444$, $p = .020$). A proporção de sujeitos que perpetraram abuso físico com sequelas ligeiro é superior (2.9%) ao que perpetraram abuso físico com sequelas severo (0.8%), mas estas proporções não diferem significativamente ($\chi^2(1) = 2.778$, n.s.).

Quando se compara a perpetração e a vitimização, as taxas de incidência dos sujeitos que são vítimas de algum tipo de abuso físico com sequelas e dos sujeitos que perpetraram este tipo de abuso estão associadas [odds ratio = 190.000, IC 95%

(25.802-1399.136)]. A análise prospectiva baseada nestes resultados denota que os sujeitos perpetradores de abuso físico com sequelas têm 70 vezes mais probabilidade de serem igualmente vítimas [RR=71.875, 95% IC (16.352-315.928)] relativamente àqueles que não perpetram, para os quais o risco de vitimização é consideravelmente inferior [RR=.378, 95% IC (.155-.926)].

3.1.3. *Agressão psicológica*

Se o abuso físico com sequelas é o menos prevalente, a agressão psicológica é o tipo de abuso mais referido pelos participantes no estudo. Mais de metade da amostra perpetra (53.8 %) ou é vítima (50.8%) deste tipo de abuso no quadro do seu relacionamento íntimo com o companheiro.

Um número superior de sujeitos é vítima de agressão psicológica ligeira (49.2%) em relação ao número que é vítima de agressão psicológica severa (16.4%), diferindo significativamente as proporções referentes à severidade ($\chi^2(1)= 15.869$, $p=.000$). Igualmente, mais sujeitos perpetram agressão psicológica ligeira (51.7%) do que severa (17.2%), sendo estas proporções significativamente diferentes ($\chi^2(1)= 17.124$, $p=.000$).

Encontra-se uma associação significativa entre a perpetração e a vitimização deste tipo de abuso, pois os indivíduos que são vítimas são também com frequência perpetradores de agressão psicológica [odds ratio=481.296, IC 95% (127.014-1823.78)]. Relativamente aos não perpetradores [RR=.027, 95% IC (.009-.084)], os indivíduos que perpetram agressão psicológica apresentam um risco 13 vezes superior de serem vítimas da mesma [RR=13.211, 95% IC (7.040-24.791)].

3.1.4. *Coerção sexual*

Apesar de menos reportada, a coerção sexual é também frequente na amostra em estudo: um quarto da amostra (25.6%) é vítima deste tipo de abuso e um número também elevado, embora menor (18.9%), diz-se perpetrador.

Mais sujeitos são vítimas de coerção sexual ligeira (23.9%) do que de coerção sexual severa (2.9%); as diferenças têm significado estatístico ($\chi^2(1)= 36.213$, $p=.000$). O mesmo se verifica na proporção de sujeitos que perpetra coerção sexual ligeira (17.2%) face à severa (2.5%), com diferenças proporcionais que são também significativas ($\chi^2(1)= 24.200$, $p=.000$).

Existe uma associação entre a vitimização e a perpetração de coerção sexual, dado que os sujeitos vítimas são também mais perpetradores desta forma de abuso [odds ratio= 82.788, IC 95% (26.733-256.375)]. Em função disso, os indivíduos que perpetram coerção sexual apresentam um risco 30 vezes superior de poderem vir a ser vítimas da mesma [RR=29.697, 95% IC (11.059-79.749)] face aos que não perpetram [RR=.359, 95% IC (.252-.511)].

Quadro 3 – Prevalência (durante o último ano): abuso físico sem sequelas, abuso físico com sequelas, agressão psicológica e coerção sexual, considerando a severidade e o perpetrador (N=238) (teste do Qui-quadrado)

	Vitimização N (%)			p	Perpetração N (%)			p
	Ligeiro	Severo	Total		Ligeiro	Severo	Total	
Abuso físico sem sequelas	32 (13.3)	15 (6.3)	37 (15.4)	n.s.	37 (15.4)	13 (5.5)	40 (16.7)	.037
Abuso físico com sequelas	8 (3.4)	1 (0.4)	9 (3.8)	.020	7 (2.9)	2 (0.8)	9 (3.8)	n.s.
Agressão psicológica	119 (49.2)	39 (16.4)	123 (50.8)	.000	124 (51.7)	41 (17.2)	129 (53.8)	.000
Coerção Sexual	57 (23.9)	7 (2.9)	61 (25.6)	.000	41 (17.2)	6 (2.5)	45 (18.9)	.000

3.2. Severidade, género do perpetrador e reciprocidade na perpetração do abuso

O quadro 4 mostra a severidade dos diferentes tipos de abuso atendendo ao género do perpetrador e ao modo como o abuso tem lugar, isto é, de um modo recíproco ou apenas por um dos elementos da díade, o que leva a considerar três categorias na perpetração dos diferentes tipos de abuso (apenas por homens, apenas por mulheres, por ambos os elementos) para a determinação das diferenças de proporções pelo teste Qui-quadrado. Considera igualmente as diferenças de proporções apenas entre as categorias de exclusividade (por homens ou por mulheres) através do teste binomial.

Seguidamente, apresentam-se também os resultados obtidos quando se considera o perpetrador sujeito, o perpetrador companheiro, e ambos os perpetradores para os diferentes tipos de severidade do abuso.

3.2.1. Abuso físico sem sequelas

O abuso físico sem sequelas total é mais perpetrado por ambos os elementos (67.4%) do que exclusivamente por mulheres (19.6%) ou por homens (13.0%); as diferenças encontradas são significativas do ponto de vista estatístico ($\chi^2(2) = 24.304$, $p = .000$). Contudo, para a perpetração apenas por mulheres ou apenas por homens, as diferenças de proporções não são estatisticamente significativas (prop. observ. = .6/.4, n.s.).

No que respeita à perpetração do abuso físico sem sequelas ligeiro, a reciprocidade é muito superior (68.3%) à exclusividade por mulheres (22.0%) e por homens (9.8%), sendo estas diferenças significativas ($\chi^2(2) = 23.463$, $p = .000$); no entanto, nas categorias de exclusividade, as mulheres e os homens não diferem nas suas respectivas proporções (prop. observ. = .69/.31, n.s.). Igualmente para o tipo severo, a reciprocidade é mais frequente (75.0%) que a perpetração apenas por homens (18.8%) ou apenas por mulheres (6.3%), diferindo significativamente ($\chi^2(2) = 12.875$, $p = .002$); à semelhança das anteriores, as diferenças na exclusividade, por homens e por mulheres, não são significativas do ponto de vista estatístico (prop. observ. = .75/.25, n.s.).

Quando se compara a severidade do abuso atendendo ao tipo de perpetrador, sujeito ou companheiro, as diferenças espelham as encontradas para as diferenças de

género, sendo que o abuso físico sem sequelas total é mais perpetrado por ambos os elementos (67.4%), que exclusivamente pelo sujeito (19.6%) ou pelo companheiro (13.0%), com diferenças significativas entre as proporções ($\chi^2(2) = 24.304$, $p = .000$). Todavia, quando se considera apenas o sujeito ou o companheiro as diferenças não são estatisticamente significativas (prop. observ. = .60/.40, n.s.). No que respeita à perpetração do abuso físico sem sequelas ligeiro, a reciprocidade é muito superior (68.3%) à exclusividade apenas pelo sujeito (22.0%) e apenas pelo companheiro (9.8%), com diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(2) = 23.463$, $p = .000$); para as categorias de exclusividade, pelo sujeito ou pelo companheiro, as diferenças não são contudo significativas (prop. observ. = .69/.31, n.s.). Da mesma forma, para o abuso físico sem sequelas severo, a reciprocidade é novamente mais frequente (75.0%) que a perpetração apenas pelo companheiro (18.8%) ou apenas pelo sujeito (6.3%), diferindo significativamente entre si estas três categorias ($\chi^2(2) = 12.875$, $p = .002$); apesar de a exclusividade pelo companheiro ser mais comum que a exclusividade pelo sujeito, as diferenças não são significativas do ponto de vista estatístico (prop. observ. = .75/.25, n.s.).

3.2.2. *Abuso físico com sequelas*

A perpetração de abuso físico com sequelas (valor total) acontece de uma forma semelhante por ambos os elementos (50.0%) e em exclusivo por mulheres (41.7%), sendo a exclusividade por homens menos frequente (8.3%); mas não se encontram diferenças significativas entre as respectivas proporções ($\chi^2(2) = 3.500$, n.s.), o que também se verifica quando são consideradas as categorias apenas homens e apenas mulheres (prop. observ. = .83/.17, n.s.).

No que respeita ao abuso físico com sequelas ligeiro, a reciprocidade é ligeiramente superior (50%) à perpetração apenas por mulheres (40%) e à perpetração apenas por homens (10%), sem diferenças estatisticamente significativas entre as respectivas proporções ($\chi^2(2) = 2.600$, n.s.), assim como entre as categorias apenas homens e apenas mulheres (prop. observ. = .80/.20, n.s.).

Para o abuso físico com sequelas severo, a reciprocidade e a perpetração apenas por mulheres têm o mesmo valor (50%), não diferindo quanto às suas proporções ($\chi^2(1) = 0.000$, n.s.). Não ocorre perpetração deste tipo de abuso apenas por homens (0.0%); atendendo a este facto não é possível calcular o significado das diferenças de proporções para as categorias mutuamente exclusivas.

No que se refere ao tipo de perpetrador, para o abuso físico com sequelas total, a reciprocidade é mais comum (50.0%) que a perpetração exclusiva pelo sujeito (25.0%) ou pelo companheiro (25.0%); porém as diferenças de proporções não têm significado estatístico ($\chi^2(2) = 1.500$, n.s.). Também não são encontradas diferenças significativas entre as categorias mutuamente exclusivas (prop. observ. = .5/.5, n.s.).

Considerando o abuso físico com sequelas ligeiro, a perpetração por ambos os elementos é mais frequente (50.0%) que a perpetração apenas pelo companheiro (30.0%) e a perpetração apenas pelo sujeito (20.0%), apesar das diferenças não serem significativas do ponto de vista estatístico ($\chi^2(2) = 1.400$, n.s.); assim como não são significativas do ponto de vista estatístico as diferenças quando se consideram apenas as categorias de exclusividade para o companheiro e para o sujeito (prop. observ. = .60/.40, n.s.).

A perpetração do abuso físico com sequelas severo por ambos os elementos apresenta o mesmo valor que a perpetração unicamente pelo sujeito (50.0%); como não

acontece perpetração apenas pelo companheiro (0.0%), as diferenças entre as respectivas proporções não atingem o limiar de significação estatística ($\chi^2(1)=.000$, n.s.). Não é possível o cálculo das diferenças de proporções para as categorias mutuamente exclusivas porque este tipo de abuso não ocorre para o companheiro.

3.2.3. Agressão psicológica

Também a agressão psicológica total acontece substancialmente mais em reciprocidade (90.2%) do que unicamente perpetrada por mulheres (6.1%) ou por homens (3.8%), diferindo significativamente as proporções entre estas três categorias ($\chi^2(2)= 191.864$, $p=.000$); quando consideradas apenas as categorias de exclusividade, as diferenças entre mulheres e homens não são contudo significativas do ponto de vista estatístico (prop. observ.= .62/.38, n.s.).

A perpetração de agressão psicológica ligeira por ambos os elementos acontece mais (90.6%) que a perpetração apenas por mulheres (6.3%) ou apenas por homens (3.1%), sendo as diferenças entre as formas de perpetração estatisticamente significativas ($\chi^2(2)= 187.291$, $p=.000$); porém, ao considerar apenas as categorias mutuamente exclusivas, não se encontram diferenças significativas (prop. observ.= .67/.33, n.s.).

Do mesmo modo, a perpetração recíproca de agressão psicológica severa é mais corrente (70.2%) do que a perpetração em exclusivo por mulheres (19.1%) ou por homens (10.6%), com diferenças estatisticamente significativas entre as categorias ($\chi^2(2)= 29.277$, $p=.000$); contrariamente, as proporções entre as categorias apenas mulheres e apenas homens não apresentam valores significativamente diferentes do ponto de vista estatístico (prop.observ. = .64/.36, n.s.).

Quando o tipo de perpetrador é considerado para o total de agressão psicológica, a perpetração recíproca é substancialmente superior (90.2%) à proporção que reporta o sujeito enquanto único perpetrador (7.6%) ou o companheiro (2.3%), sendo as diferenças significativas ($\chi^2(2)=192.318$, $p=.000$); todavia, quando consideramos a exclusividade pelo sujeito ou pelo companheiro, as diferenças não são significativas do ponto de vista estatístico (prop. observ.= .77/.23, n.s.).

No que concerne à agressão psicológica ligeira, a perpetração recíproca é largamente superior (90.6%) à perpetração exclusiva pelo sujeito (7.1%) ou pelo companheiro (2.4%), sendo as diferenças de proporções estatisticamente significativas ($\chi^2(2)= 187.528$, $p=.000$); no entanto, para as categorias exclusivas a perpetração apenas pelo sujeito é superior à perpetração apenas pelo companheiro, embora não difiram significativamente (prop. observ.= .75/.25, n.s.).

O mesmo se verifica para a agressão psicológica severa, em que a proporção que reporta ambos os elementos enquanto perpetradores (70.2%) é superior à proporção que reporta apenas o sujeito (17.0%) ou apenas o companheiro (12.8%), apresentando estas categorias diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(2)= 28.894$, $p=.000$); relativamente à perpetração apenas pelo sujeito ou apenas pelo companheiro não se encontram contudo diferenças com significado estatístico (prop. observ.= .57/.43, n.s.).

3.2.4. Coerção sexual

Assim como referimos para os restantes tipos de abuso, para a coerção sexual total a mutualidade é também mais frequente (63.1%) do que a perpetração apenas por homens (33.8%) ou apenas por mulheres (3.1%), com diferenças significativas do ponto

de vista estatístico ($\chi^2(2) = 35.108$, $p = .000$); porém, a perpetração apenas por homens é agora significativamente superior à perpetração apenas por mulheres (prop. observ. = $92/8$, $p = .000$).

A coerção sexual ligeira é mais perpetrada por ambos os elementos (60.7%) que apenas por homens (34.4%) ou apenas por mulheres (4.9%), sendo estas diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(2) = 28.459$, $p = .000$); não obstante, ao considerar apenas as categorias mutuamente exclusivas, os homens são mais perpetradores que as mulheres (prop. observ. = $88/13$, $p = .000$).

No que se refere à coerção sexual severa, também a perpetração recíproca é superior (62.5%) à perpetração apenas por mulheres (25.0%) ou apenas por homens (12.5%), mas as diferenças não obtêm significado estatístico ($\chi^2(2) = 3.250$, n.s.); o mesmo acontecendo quando se compara a perpetração apenas por mulheres e a perpetração apenas por homens (prop. observ. = $67/33$, n.s.).

Saliente-se que a perpetração apenas por homens apresenta para este tipo de abuso o seu valor mais elevado (33.8%) entre todas as escalas do CTS-2.

Espelhando os resultados obtidos quanto ao gênero, ao considerarmos o perpetrador sujeito / companheiro verificamos também que, no que se refere à coerção sexual total, a perpetração recíproca é mais comum (63.1%) que qualquer outra forma de perpetração, apenas pelo companheiro (30.8%) ou apenas pelo sujeito (6.2%), diferindo significativamente as respectivas proporções ($\chi^2(2) = 31.785$, $p = .000$); no entanto, se apenas se considera a perpetração em exclusividade, o companheiro é mais perpetrador que o sujeito isoladamente (prop. observ. = $.83/17$, $p = .002$).

Para a coerção sexual ligeira, a perpetração recíproca (60.7%) sobrepõe-se em frequência à perpetração apenas pelo companheiro (32.8%) ou apenas pelo sujeito (6.6%) sendo as diferenças significativas do ponto de vista estatístico ($\chi^2(2) = 26.787$, $p = .000$); a perpetração apenas pelo sujeito é menos corrente do que a perpetração apenas pelo companheiro, quando somente se consideram a perpetração em exclusividade (prop. observ. = $.17/83$, $p = .002$).

No respeitante à coerção sexual severa, a proporção de inquiridos que reporta perpetração recíproca (62.5%) é superior à que reporta que a perpetração acontece unicamente pelo companheiro (25.0%) ou unicamente pelo sujeito (12.5%), mas não diferem significativamente ($\chi^2(2) = 3.250$, n.s.); por outro lado, as diferenças não atingem limiar de significado estatístico (prop. observ. = $67/33$, n.s.) quando se compara a perpetração apenas pelo companheiro com a perpetração pelo sujeito, apesar deste valor ser inferior àquele.

Para todos os tipos de abuso (com exceção do abuso físico com sequelas) a perpetração por ambos os elementos da díade é superior à perpetração em exclusivo por um dos elementos, quando se considera o gênero e quando se considera o perpetrador. Relativamente ao abuso físico com sequelas, considerando o gênero, a perpetração apenas por mulheres apresenta o mesmo valor que a reciprocidade e, considerando o perpetrador, a reciprocidade iguala-se à perpetração apenas pelo sujeito; no entanto, os cálculos estatísticos ficam limitados dado o reduzido número de casos que reporta este tipo de abuso. Quando se consideram unicamente as categorias mutuamente exclusivas (apenas homens/mulheres ou apenas sujeito/companheiro), para a coerção sexual encontram-se diferenças estatisticamente significativas, sendo que os homens são mais perpe-

tradores que as mulheres, quando se atende às diferenças de género, e a perpetração pelo companheiro é superior à perpetração pelo sujeito, quando se considera o tipo de perpetrador; nas restantes formas de abuso não se encontram diferenças com significado estatístico.

Quadro 4 – Severidade: abuso físico sem sequelas, abuso físico com sequelas, agressão psicológica, e coerção sexual considerando o género do perpetrador e a mutualidade (teste do Qui-quadrado)

Perpetrador	Tipo de abuso	Ligeiro %	Severo %	Total %
Abuso físico sem sequelas				
		N= 41	N= 16	N= 46
	Apenas homens	9.8	18.8	13.0
	Apenas mulheres	22.0	6.3	19.6
	Ambos	68.3	75.0	67.4
	p	.000	.002	.000
Abuso físico com sequelas				
		N=10	N=2	N=12
	Apenas homens	10	0.0	8.3
	Apenas mulheres	40	50.0	41.7
	Ambos	50	50.0	50.0
	p	n.s.	n.s.	n.s.
Agressão psicológica				
		N=127	N=47	N=132
	Apenas homens	3.1	10.6	3.8
	Apenas mulheres	6.3	19.1	6.1
	Ambos	90.6	70.2	90.2
	p	.000	.000	.000
Coerção sexual				
		N=61	N=8	N=65
	Apenas homens	34.4	12.5	33.8
	Apenas mulheres	4.9	25.0	3.1
	Ambos	60.7	62.5	63.1
	p	.000	n.s.	.000

3.3. Severidade atendendo ao género do perpetrador

No quadro 5 apresentamos as categorias mutuamente exclusivas de severidade do abuso (ambos os tipos de abuso, apenas ligeiro, apenas severo) atendendo ao género do perpetrador. Descrevemos igualmente as diferenças em termos das respectivas proporções, recorrendo ao teste de Qui-quadrado para comparar as três categorias e ao teste binomial para comparar apenas as duas categorias de exclusividade.

3.3.1. Abuso físico sem sequelas

A proporção de homens que perpetra abuso físico sem sequelas apenas ligeiro é superior (58.3%) à proporção de homens que perpetra apenas o tipo severo (13.9%) (prop. observ.= .81/.19, p=.003) ou ambos os tipos de abuso (27.8%); as diferenças entre estas três categorias são estatisticamente significativas ($\chi^2(2)= 11.167$, p=.004). Igualmente, a proporção de mulheres que perpetra abuso físico sem sequelas apenas ligeiro (66.7%) é superior à proporção de mulheres que perpetra apenas o tipo severo (7.7%) (prop. observ.= .90/.10, p=.000) e ambos os tipos (25.6%), com diferenças significativas entre as três categorias ($\chi^2(2)= 21.385$, p=.000).

Os participantes que se referem vítimas de abuso físico sem sequelas apenas ligeiro (58.3%) são em número superior àqueles que sofrem abuso físico apenas severo (13.9%)

(prop. observ.= .81/.19, $p=.003$) ou ambos os tipos de abuso físico sem sequelas (27.8%), com diferenças significativas entre as três categorias ($\chi^2(2)= 11.167$, $p=.004$). Do mesmo modo, os inquiridos que relatam perpetrar abuso físico sem sequelas apenas ligeiro (66.7%) são mais do que aqueles que perpetraram abuso físico apenas severo (7.7%) (prop. observ.= .90/.10, $p=.000$) e os que perpetraram ambos os tipos de severidade (25.6%), diferindo significativamente entre si estas três categorias ($\chi^2(2)= 21.385$, $p=.000$).

O abuso físico sem sequelas apenas ligeiro é mais frequente, quer quando o perpetrador é do sexo masculino quer quando é do sexo feminino, seguindo-se a presença de ambos os tipos de severidade. O abuso físico sem sequelas apenas severo é o menos reportado em ambos os sexos. Do mesmo modo, o abuso físico sem sequelas apenas ligeiro é mais frequente quer quando o perpetrador é o sujeito quer quando é o companheiro, seguindo-se a presença de ambos os tipos de severidade. O abuso físico sem sequelas apenas severo é o menos reportado em termos quer de vitimização quer de perpetração.

3.3.2. *Abuso físico com sequelas*

Para os homens, a perpetração de abuso físico com sequelas apenas ligeiro (85.7%) é superior à perpetração de abuso físico com sequelas apenas severo (14.3%) (prop. observ.=.86/.14, $p=.065$); porém, as diferenças não são estatisticamente significativas ($\chi^2(1)= 3.571$, $p=.059$). Para as mulheres, a perpetração do abuso físico com sequelas apenas ligeiro é também mais comum (81.8%) que o tipo apenas severo (18.2%), mas as diferenças são agora significativas do ponto de vista estatístico ($\chi^2(1)=4.455$, $p=.035$). Não se verifica a ocorrência de ambos os tipos de abuso para homens e mulheres.

Por outro lado, considerando o perpetrador sujeito ou companheiro, os participantes referem significativamente mais vezes serem vítimas de abuso físico com sequelas apenas ligeiro (88.9%), do que serem vítimas de abuso físico com sequelas apenas severo (11.1%) (prop. observ.= .95/.5, $p=.000$), obtendo-se diferenças estatisticamente significativas entre estas duas categorias ($\chi^2(1)= 5.444$, $p=.020$). Igualmente, os sujeitos que reportam perpetrar abuso físico com sequelas apenas ligeiro são em número superior (77.8%) àqueles que reportam apenas severo (22.2%) (prop. observ.= .78/.22, n.s.); as diferenças entre estas duas categorias não obtêm, contudo, significado estatístico ($\chi^2(1)= 2.778$, n.s.).

Tanto para os homens como para as mulheres, não acontece ambos os tipos de abuso físico com sequelas, sendo nas mulheres o abuso apenas ligeiro mais reportado que o apenas severo, enquanto que nos homens não se encontram diferenças estatisticamente significativas. Não ocorre perpetração pelo sujeito nem pelo companheiro de ambos os tipos de abuso físico com sequelas, sendo que o abuso apenas ligeiro é mais reportado que o apenas severo relativamente à perpetração pelo companheiro / vitimização; já para a perpetração pelo sujeito, não se encontram diferenças estatisticamente significativas.

3.3.3. *Agressão psicológica*

Para os homens, a perpetração de agressão psicológica apenas ligeira é consideravelmente superior (69.4%), quer à perpetração do tipo apenas severo (4.0%) (prop. observ.= .96/.4, $p=.000$) quer à perpetração de ambos os tipos (26.6%), com diferenças significativas do ponto de vista estatístico ($\chi^2(2)= 81.887$, $p=.000$). Para as mulheres, do

mesmo modo que para os homens, a perpetração de agressão psicológica apenas ligeira é mais reportada (66.9%) que a perpetração de agressão psicológica apenas severa (3.1%) (prop. observ.= .95/.5, $p=.000$) e que ambos os tipos de agressão psicológica (29.9%), sendo as diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(2)=78.157$, $p=.000$).

Os inquiridos que se consideram vítimas de agressão psicológica apenas ligeira são em maior número (68.0%) do que aqueles que referem apenas o tipo severo (3.3%) (prop. observ.= .95/.5, $p=.000$) e ambos os tipos de severidade (28.7%), com diferenças estatisticamente significativas entre estas três categorias ($\chi^2(2)=77.918$, $p=.000$). Do mesmo modo, os inquiridos que perpetram apenas agressão psicológica ligeira são em maior número (68.2%) relativamente aos que perpetram apenas o tipo severo (3.9%) (prop. observ.= .95/.5, $p=.000$) e ambos os tipos de severidade (27.9%), apresentando diferenças significativas ($\chi^2(2)=81.814$, $p=.000$).

Para ambos os sexos, a agressão psicológica apenas ligeira é mais reportado que a apenas severa e que ambos os tipos de severidade para ambos os sexos. Do mesmo modo, quer para a perpetração pelo sujeito quer para a perpetração pelo companheiro, a perpetração do tipo ligeiro é superior ao tipo severo e a ambos os tipos.

3.3.4. Coerção sexual

Para os homens, a perpetração de coerção sexual apenas ligeira (90.5%) é mais frequente que a perpetração de coerção sexual apenas severa (9.5%) (prop. observ.= .90/.10, $p=.000$), não se verificando a ocorrência de ambos os tipos; as diferenças são estatisticamente significativas ($\chi^2(1)=41.286$, $p=.000$). O mesmo se verifica com as mulheres: não se encontra a perpetração de ambos os tipos de severidade e a coerção sexual apenas ligeira apresenta valores superiores (83.7%) ao tipo apenas severo (16.3%) (prop. observ.= .84/.16, $p=.000$), com diferenças que são significativas do ponto de vista estatístico ($\chi^2(1)=19.558$, $p=.000$).

No que se refere ao perpetrador, os indivíduos que se referem vítimas de coerção sexual apenas ligeira são mais prevalentes (88.5%) que aqueles que apenas sofrem coerção sexual severa (6.6%) (prop. observ.=.93/.7, $p=.000$) e ambos os tipos de severidade (4.9%); as diferenças entre as três categorias obtêm significado estatístico ($\chi^2(2)=83.639$, $p=.000$).

No respeitante à perpetração, mais sujeitos perpetram coerção sexual apenas ligeira (86.7%) que coerção sexual apenas severa (8.9%) (prop. observ.=.91/.9, $p=.000$) e ambos os tipos de severidade (4.4%), com diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2(2)=57.733$, $p=.000$).

Para a perpetração de todos os tipos de abuso a severidade apenas ligeira é mais frequente que as outras formas de perpetração, tanto em homens como em mulheres. Ocorrem, porém, algumas variações a respeito das formas de severidade mistas e severas, de acordo com os diferentes tipos de abuso. Tanto para a coerção sexual como para o abuso físico com sequelas, não ocorrem ambas as formas de severidade, predominando as formas ligeiras face às severas. Para a agressão psicológica e abuso físico sem sequelas, as formas ligeiras são novamente mais evidentes, seguindo-se de ambas as formas de severidade, pelo que as formas severas são as menos correntes.

Quadro 5 – Severidade: abuso físico sem sequelas, abuso físico com sequelas, agressão psicológica e coerção sexual atendendo ao género do perpetrador (teste do Qui-Quadrado)

Severidade	Perpetrador	Homens %	Mulheres %
Abuso físico sem sequelas		N= 36	N= 39
Apenas ligeiro		58.3	66.7
Apenas severo		13.9	7.7
Ambos		27.8	25.6
p		.004	.000
Abuso físico com sequelas		N= 7	N= 11
Apenas ligeiro		85.7	81.8
Apenas severo		14.3	18.2
Ambos		0.0	0.0
p		.059	.035
Agressão psicológica		N= 124	N= 127
Apenas ligeiro		69.4	66.9
Apenas severo		4.0	3.1
Ambos		26.6	29.9
p		.000	.000
Coerção sexual		N= 63	N= 43
Apenas ligeiro		90.5	83.7
Apenas severo		9.5	16.3
Ambos		0.0	0.0
p		.000	.000

3.4. Quem iniciou a última agressão

Acabámos de descrever os resultados em termos da caracterização do abuso no relacionamento íntimo com o companheiro. Para melhor compreender o fenómeno, faz sentido conhecer agora o primeiro elemento agressor durante o episódio mais recente de abuso (cf. Quadro 6). Em resposta a esta questão, os homens consideram mais a companheira (3.4%) do que a si próprios (0%) enquanto primeiro agressor, ao contrário das mulheres que se consideram mais a si (3.9%) que ao companheiro (1.6%) como elemento que iniciou a agressão; no entanto, não se encontra uma associação com significação estatística entre o género do respondente e o elemento a quem se atribui o início da agressão ($\chi^2(2) = 4.246$, n.s.).

Quadro 6 = Agressor no último episódio em que ocorreu agressão atendendo ao género dos respondentes (N=318)

Quem agrediu primeiro?	Homens N (%)	Mulheres N (%)	Total N (%)
Nunca aconteceu	86 (96.6)	121 (94.5)	207 (95.4)
Sujeito	0 (0.0)	5 (3.9)	5 (2.3)
Companheiro	3 (3.4)	2 (1.6)	5 (2.3)
Total	89	128	217

$\chi^2(2) = 4.246$, n.s

3.5. *Cronicidade do abuso atendendo à severidade e ao perpetrador*

Se a prevalência nos indica o número de casos em que se verifica pelo menos uma ocorrência de abuso para o período de tempo de um ano, a cronicidade indica-nos a frequência das ocorrências para esse período de tempo. Trataremos agora da cronicidade dos diferentes tipos de abuso, considerando a severidade e o perpetrador sujeito (perpetração) e companheiro (vitimização), apresentando os valores médios de ocorrência por ano, assim como testando o significado estatístico das diferenças de médias obtidas, recorrendo ao teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas (cf. Quadro 7).

3.5.1. *Abuso físico sem sequelas*

Analisando a cronicidade da perpetração e da vitimização atendendo à severidade do abuso físico sem sequelas (valor total), a vitimização [média = 6.7(9.0)] é mais frequente que a perpetração [média= 5.7(7.7)]; no entanto, as diferenças não são estatisticamente significativas ($Z = -1.143$, n.s.). Para o abuso físico sem sequelas ligeiro, a vitimização [média= 5.3(7.6)] acontece com mais frequência que a perpetração [média= 4.8(6.3)]; todavia, não diferem significativamente do ponto de vista estatístico ($Z = -1.299$, n.s.). Da mesma forma, para o abuso físico sem sequelas severo, a vitimização [média= 5.2(8.1)] acontece mais frequentemente que a perpetração [média= 3.8(6.5)], mas as diferenças não atingem o limiar de significação estatística ($Z = -1.342$, n.s.).

3.5.2. *Abuso físico com sequelas*

Quando se compara a cronicidade da perpetração e da vitimização do abuso físico com sequelas para a totalidade, a vitimização acontece de uma forma mais repetida [média = 10.3(11.2)] que a perpetração [média= 5.0(7.8)]; no entanto, as respectivas diferenças não são estatisticamente significativas ($Z = -1.000$, n.s.). Também, a vitimização de abuso físico com sequelas ligeiro acontece mais vezes [média= 10.6(12.0)] que a perpetração [média= 5.0(8.9)], sem que as diferenças apresentem significado estatístico ($Z = -1.000$, n.s.). À semelhança dos resultados anteriores, no que se refere ao abuso físico com sequelas severo, a vitimização [média= 8.0(8.0)] acontece mais correntemente que a perpetração [média= 5.0(4.2)], embora não difiram significativamente entre si do ponto de vista estatístico ($Z = -1.000$, n.s.). A interpretação destes resultados deve, contudo, ter em conta a baixa prevalência que é encontrada para o abuso físico com sequelas na amostra em estudo.

3.5.3. *Agressão psicológica*

Atendendo à cronicidade da agressão psicológica (valor total), a vitimização [média = 11.0(13.4)] e a perpetração [média= 10.9(11.7)] acontecem de um modo semelhante, pelo que não se encontram diferenças estatisticamente significativas ($Z = -1.560$, n.s.). Da mesma forma, no respeitante à agressão psicológica ligeira, a cronicidade da vitimização [média= 9.2(12.2)] e da perpetração [média= 9.2(10.4)] têm valores similares e não diferem significativamente do ponto de vista estatístico ($Z = -1.705$, n.s.). Para a agressão psicológica severa, também a cronicidade da vitimização [média= 6.5(8.4)] e da perpetração [média= 6.4(9.1)] obtêm valores semelhantes de ocorrência que não atingem o limiar de diferenças com significação estatística ($Z = -.355$, n.s.).

3.5.4. Coerção sexual

Quando se compara a cronicidade da perpetração e da vitimização para a coerção sexual total, a vitimização acontece menos vezes [média = 9.1(10.1)] que a perpetração [média= 11.1(11.5)]; contudo, as diferenças não obtêm significado estatístico ($Z = -.438$, n.s.). Igualmente, a cronicidade da vitimização de coerção sexual ligeira [média= 9.5 (10.3)] é menos corrente que a perpetração da mesma [média= 11.8(11.8)], sem diferenças significativas do ponto de vista estatístico ($Z = -.528$, n.s.). Da mesma forma, a cronicidade da vitimização de coerção sexual severa é menor [média= 2.4(3.4)] que a respectiva perpetração [média= 3.0(3.5)], não obstante as diferenças não serem estatisticamente significativas ($Z = -1.000$, n.s.).

Resumindo, não são encontradas diferenças estatisticamente significativas a respeito da vitimização e da perpetração para os diferentes tipos de abuso atendendo à severidade. Porém, na coerção sexual, verifica-se uma tendência para a perpetração ser superior à vitimização, contrariamente ao que acontece para os restantes tipos de abuso.

Quadro 7 – Cronicidade do abuso atendendo à severidade e ao perpetrador: diferenças entre a vitimização e a perpetração (teste de Wilcoxon para amostras emparelhadas)

Severidade	Perpetrador	Vitimização	Perpetração	p
		Média (DP)	Média (DP)	
Abuso físico sem sequelas				
Ligeiro		5.3 (7.6) N=32	4.8 (6.3) N= 37	n.s.
Severo		5.2 (8.1) N=15	3.8 (6.5) N= 13	n.s.
Total		6.7 (9.0) N=37	5.7 (7.7) N=40	n.s.
Abuso físico com sequelas				
Ligeiro		10.6 (12.0) N=8	5.0 (8.9) N=7	n.s.
Severo		8.0 (8.0) N=1	5.0 (4.24) N=2	n.s.
Total		10.3 (11.2) N=9	5.0 (7.8) N=9	n.s.
Agressão psicológica				
Ligeiro		9.2 (12.2) N=119	9.2(10.4) N=124	n.s.
Severo		6.5 (8.4) N=39	6.4 (9.1) N=41	n.s.
Total		11.0 (13.4) N=123	10.9 (11.7) N=129	n.s.
Coerção sexual				
Ligeiro		9.5 (10.3) N=57	11.8 (11.8) N=41	n.s.
Severo		2.4 (3.4) N=7	3.0 (3.5) N=6	n.s.
Total		9.1 (10.1) N=61	11.1 (11.5) N=45	n.s.

3.6. Prevalência e cronicidade do abuso considerando o género do participante

O quadro 8 apresenta os resultados de prevalência e de cronicidade para cada um dos tipos de abuso em termos de perpetração e vitimização, considerando o género dos inquiridos. Apresenta ainda as diferenças entre os sexos para cada tipo de abuso no que se refere à prevalência, pela análise do teste do Qui-quadrado, e à cronicidade, pelo teste t de Student para amostras independentes.

97

3.6.1. Perpetração

A prevalência do abuso físico sem sequelas acontece de igual modo para homens (16.7%) e para mulheres (16.7%), sem diferenças significativas entre os grupos ($\chi^2(1)=0.00$, n.s.). No que se refere à cronicidade, os homens tendem a perpetrar abuso físico sem sequelas de uma forma mais continua [média= 7.3(8.9)] que as mulheres [média = 4.5(6.6)]; no entanto, as diferenças obtidas não são estatisticamente significativas ($t(38)=1.15$, n.s.).

O abuso físico com sequelas tende a acontecer mais entre os respondentes do sexo masculino (5.0%) que do sexo feminino (2.9%), mas as diferenças encontradas não são significativas do ponto de vista estatístico ($\chi^2(1)=.659$, n.s.). No que se refere à cronicidade do abuso físico com sequelas, a cronicidade na perpetração por homens [média= 3.0(3.1)] é inferior à cronicidade na perpetração por mulheres [média= 7.5(11.7)]; todavia, as diferenças não atingem o limiar de significação estatística ($t(7)= -.839$, n.s.).

A agressão psicológica acontece de modo semelhante em mulheres (56.5%) e em homens (50%), não se obtendo diferenças com significado estatístico entre os grupos ($\chi^2(1)= 1.003$, n.s.). No que se refere à cronicidade da perpetração de agressão psicológica, os homens [média= 10.3(10.6)] e as mulheres [média= 11.3(12.4)] apresentam valores similares, sem diferenças significativas do ponto de vista estatístico ($t(127)=-.512$, n.s.).

A coerção sexual é mais frequente em homens (33.7%) do que em mulheres (8.0%), diferindo os grupos significativamente entre si ($\chi^2(1)= 24.917$, $p=.000$); para além disso, a perpetração de coerção sexual é 4 vezes mais provável acontecer sendo o perpetrador do sexo masculino (RR= 4.193, 95% IC (2.234-7.867)] que do sexo feminino. No que se refere à cronicidade da perpetração de coerção sexual por homens, apesar dos valores serem mais elevados [média= 11.6(11.8)] do que para as mulheres [média= 9.5(10.7)], as diferenças não são estatisticamente significativas ($t(43)= .546$, n.s.).

Em termos de perpetração, podemos resumir que apenas no que se refere à coerção sexual são encontradas diferenças entre os géneros, os homens perpetrando mais este tipo de abuso do que as mulheres. Para a cronicidade, não se encontram diferenças na perpetração dos diferentes tipos de abuso considerando o género do perpetrador.

3.6.2. Vitimização

Atendendo a cada um dos tipos de abuso já reportados para a perpetração, apresentamos agora os resultados em termos da vitimização, considerando ainda o género dos participantes.

Apesar da prevalência de abuso físico sem sequelas ser superior em homens (16.7%) do que em mulheres (14.5%), as diferenças não são estatisticamente significativas ($\chi^2(1)= .213$, n.s.). No que se refere à cronicidade do abuso físico sem sequelas, a

vitimização em homens [média= 8.6(10.4)] é superior à vitimização em mulheres [média= 5.1(7.5)], mas mais uma vez as diferenças não são estatisticamente significativas ($t(38)= 1.15$, n.s.).

No que concerne ao abuso físico com sequelas, os homens são mais vítimas deste tipo de abuso (6.9%) que as mulheres (1.5%), sendo as diferenças encontradas estatisticamente significativas ($\chi^2(1)= 4.782$, $p=.029$); atendendo a este facto, o risco relativo de ser vítima de abuso físico com sequelas é cerca de 5 vezes superior para os homens que para as mulheres [RR= 4.748, 95% IC (1.007-22.375)]. No que se refere à cronicidade do abuso físico com sequelas, existem diferenças significativas entre os sexos, quando se considera a vitimização por homens [média= 6.1(8.7)] e a vitimização por mulheres [média= 25(0.0)] ($t(7)=-2.924$, $p=.022$), sendo a frequência da vitimização por mulheres superior à por homens.

Para a prevalência de vitimização de agressão psicológica, as mulheres (52.9%) e os homens (48.1%) não diferem significativamente ($\chi^2(1)= .552$, n.s.). Também no que se refere à cronicidade, quer homens [média= 10.1(13.8)] quer mulheres [média = 11.5(13.1)] apresentam valores elevados, mas não diferem significativamente entre si do ponto de vista estatístico ($t(121)= -.561$, n.s.).

A coerção sexual em termos de vitimização é mais prevalente para os respondentes do sexo masculino (31.7%) do que do sexo feminino (21.2%); as diferenças não encontram porém significado estatístico ($\chi^2(1)=3.373$, $p=.066$). Os homens sofrem este tipo de abuso de um modo mais frequente [média= 11.3(11.1)] que as mulheres [média= 6.7(8.5)]; no entanto, as diferenças entre os grupos não são estatisticamente significativas ($t(59)=1.814$, $p=.075$).

Relativamente à vitimização, apenas para o abuso físico com sequelas são encontradas diferenças significativas entre os sexos, no que se refere à prevalência e à cronicidade, reportando os homens valores de vitimização por este tipo de abuso superiores às mulheres. No que se refere à cronicidade, as mulheres são vítimas de abuso físico com sequelas de um modo mais continuado que os homens; no entanto, deve-se ter em conta que este valor se reporta a um número muito reduzido de casos.

Quando se analisa a associação intra-grupo entre a perpetração e a vitimização atendendo ao género, no respeitante à prevalência, para os homens a perpetração e a vitimização não se encontram associadas para os diferentes tipos de abuso, como sejam abuso físico sem sequelas [odds ratio= .941; 95% IC (.816-1.066)], abuso físico com sequelas [odds ratio= 1.0; 95% IC (1.0-1.0)], agressão psicológica [odds ratio= .922; 95% IC (.845-.998)], coerção sexual [odds ratio= .882; 95% IC (.768-.996)]. Para as mulheres, a perpetração e a vitimização também não se encontram associadas para o abuso físico sem sequelas [odds ratio= .652; 95% IC (.442-.863)], para o abuso físico com sequelas [odds ratio= .250; 95% IC (-.546-1.046)] e para a coerção sexual [odds ratio= 1; 95% IC (1.0-1.0)], mas encontram-se associadas para a agressão psicológica [odds ratio= .923; 95% IC (.863-.984)], sendo que os sujeitos do sexo feminino vítimas deste tipo de abuso são também mais perpetradores relativamente aos que não são vítimas.

No que se refere à cronicidade dos diferentes tipos de abuso, considerando as diferenças intra-grupo quanto à perpetração e à vitimização, para os homens não são encontradas diferenças nos vários tipos de abuso, a saber: abuso físico sem sequelas ($Z=-.210$, n.s.), abuso físico com sequelas ($Z=-1.00$, n.s.), agressão psicológica ($Z=-1.246$, n.s.), coerção sexual ($Z=-1.251$, n.s.). Para as mulheres, a perpetração e a

vitimização não se encontram associadas para a agressão psicológica ($Z=-.994$, n.s.) e coerção sexual ($Z=-1.219$, n.s.). Para o abuso físico com sequelas não é possível efectuar o cálculo estatístico (uma vez que o número de casos existentes é muito reduzido) pelo que apenas para o abuso físico sem sequelas são encontradas diferenças no que se refere à perpetração e à vitimização ($Z=-2.003$, $p=.045$), sendo a vitimização [média= 5.1(7.5)] superior à perpetração [média= 4.5(6.6)] feminina na amostra.

Quadro 8 = Prevalência e cronicidade do abuso físico sem sequelas, abuso físico com sequelas, agressão psicológica e coerção sexual considerando a perpetração e vitimização atendendo ao género (teste do Qui-quadrado para a prevalência, e teste t de amostras independentes para a cronicidade)

Escala	Género		p
	Masculino	Feminino	
<i>Perpetração</i>			
Abuso físico sem sequelas	N= 102	N=138	
Prevalência (%)	16.7	16.7	n.s.
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	7.3 (8.9)	4.5 (6.6)	n.s.
Abuso físico com sequelas	N= 101	N= 137	
Prevalência (%)	5.0	2.9	n.s.
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	3 (3.1)	7.5 (11.7)	n.s.
Agressão psicológica			
	N= 102	N= 138	
Prevalência (%)	50.0	56.5	n.s.
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	10.3 (10.6)	11.3 (12.4)	n.s.
Coerção sexual			
	N= 101	N= 137	
Prevalência (%)	33.7	8.0	.000
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	11.6 (11.8)	9.5 (10.7)	n.s.
<i>Vitimização</i>			
Abuso físico sem sequelas	N= 102	N= 138	
Prevalência (%)	16.7	14.5	n.s.
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	8.6 (10.4)	5.1 (7.5)	n.s.
Abuso físico com sequelas	N= 101	N= 137	
Prevalência (%)	6.9	1.5	.029
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	6.1 (8.7)	25 (0.0)	.022
Agressão psicológica			
	N= 104	N= 138	
Prevalência (%)	48.1	52.9	n.s.
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	10.1 (13.8)	11.5 (13.1)	n.s.
Coerção sexual			
	N= 101	N= 137	
Prevalência (%)	31.7	21.2	n.s.
<i>Cronicidade [média (DP)]</i>	11.3 (11.1)	6.7 (8.5)	n.s.

Conclusão

O presente estudo foca-se na determinação da prevalência e dos factores associados à ocorrência do abuso, salientando especificamente o modo como o abuso tem lugar e as diferenças de género na perpetração e vitimização do mesmo.

Em termos da prevalência dos diferentes tipos de abuso, o abuso psicológico é o mais reportado quer no que se refere à perpetração (53.8%) quer à vitimização (50.8%); o segundo tipo de abuso mais prevalente é a coerção sexual tanto para a perpetração (18.9%) como para a vitimização (25.6%); seguindo-se o abuso físico sem sequelas, com

valores inferiores de perpetração (16.7%) e de vitimização (15.4%), e o abuso físico com sequelas, o menos prevalente entre todos os tipos de abuso, apresentando o mesmo valor para a perpetração e para a vitimização (3.8%).

Considerando a proporção relativa de cada tipo de abuso, entre todos os tipos de abuso, em sujeitos com faixas etárias equiparadas, a prevalência por nós obtida é congruente com valores encontrados por outros autores (e.g., Magol et al., 1997; Straus et al., 2002, 2003). Porém, quando em diferentes países a mesma metodologia e instrumentos são utilizados em amostras congêneres (estudantes universitários), o valor absoluto de prevalência encontrada para cada um dos tipos de abuso na nossa amostra é substancialmente inferior ao valor encontrado nos diferentes tipos de abuso na maioria dos países estudados (Magol et al., 1997; Straus et al., 2002, 2003; White & Koss, 1991). A par de outros estudos realizados em Portugal, sobre a temática da história de abuso em amostras na comunidade, em que do mesmo modo os valores de prevalência encontrados são inferiores aos verificados com a administração do mesmo instrumento em outros países (Figueiredo, Bifulco, Paiva, Matos, Fernandes & Maia, 2004; Figueiredo & Paiva, 2001).

Além da prevalência, quando analisámos a severidade para cada um dos tipos de abuso na presente investigação, as formas ligeiras prevalecem às severas e a ambos os tipos de severidade, quer para os homens quer para as mulheres, espelhando os resultados obtidos por outros autores a este respeito em amostras similares (Magol et al., 1997; Straus et al., 2002). Todavia, não é demais acrescentar que, associada à perpetração do abuso, encontra-se a sanção e a culpa e, à vitimização, para além do estigma, o medo da retaliação pelo perpetrador o que torna difíceis de estimar as verdadeiras taxas de incidência (Straus & Gelles, 1990).

Se na amostra em estudo as formas ligeiras prevalecem às severas, o mesmo não se verifica quando se trata de amostras clínicas, onde, paradoxalmente, a afluência aos serviços de apoio (polícia) é superior para o abuso físico (severo) face às outras formas de abuso, nomeadamente ao abuso sexual (e.g., Dias, 2000), denotando uma possível aceitação cultural / normalização das formas de abuso ligeiras e a penalização das mais severas. Assim, a elevada ocorrência de agressão psicológica e coerção sexual, assim como o predomínio das formas de severidade ligeira na nossa amostra, pode dever-se ao facto de os sujeitos considerarem estes comportamentos como não abusivos e socialmente normalizados, tornando o seu relato menos culpabilizante e mais frequente, contrariamente às formas de abuso físico ou sexual severas, mais estigmatizantes, sancionáveis e por isso talvez menos reportados.

O estudo que estamos a tratar considera igualmente, além das diferenças de género, o perpetrador (sujeito e companheiro) mostrando que a perpetração e a vitimização se encontram associadas e reflectem que os sujeitos vítimas de abuso têm uma probabilidade superior de serem igualmente perpetradores. Indica-nos ainda o modo como a perpetração do abuso tem lugar no relacionamento com o companheiro, mais em reciprocidade do que em exclusividade por um dos elementos da díade, no que respeita à severidade ligeira, severa e à totalidade do abuso (exceptuando o abuso físico com sequelas em que a reciprocidade iguala-se à perpetração unicamente por mulheres).

Por conseguinte, em termos globais, a perpetração do abuso acontece primordialmente de um modo recíproco, quando são considerados o género ou o tipo de perpe-

trador, da mesma forma que outros autores que apresentam a reciprocidade na perpetração do abuso como mais usual que a exclusividade (e.g., Deal & Whampler, 1986).

Relativamente ao papel que cada elemento da díade tem no início da agressão, apesar de esta tender a ocorrer reciprocamente, quando considerámos o género dos inquiridos e ainda a atribuição ao próprio sujeito ou ao companheiro do início da última agressão, não se encontra uma associação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis, mas observa-se uma tendência para que os homens reportem mais a companheira e as mulheres mais a si próprias como o elemento que principiou a agressão, isto é, tendendo as mulheres mais que os homens a considerar o seu papel no início do abuso. Este facto é confirmado noutras investigações que concluem que as mulheres são mais perpetradoras que os homens (Magol et al., 1997; Plass & Gessner, 1983; Straus et al., 2002, 2003). Contrariamente ao reportado pela maioria dos estudos, sobre a atribuição ao sexo masculino das formas mais severas de abuso, o presente estudo não demonstrou uma associação entre o género e a severidade, manifestando-se as diferenças sobretudo no que se refere às formas ligeiras, não se encontrando diferenças de género para as formas severas, como defendem alguns autores (e.g., Makepeace, 1983; Rennison & Welchans, 2000; Stets & Straus, 1990; Straus et al., 2002).

Em termos da ocorrência dos diferentes tipos de abuso, atendendo aos graus de severidade (apenas ligeiro, apenas severo, misto), o abuso físico sem sequelas e a agressão psicológica acontecem mais correntemente nas formas ligeiras e mistas, que apenas nas formas severas; tanto a coerção sexual como o abuso físico com sequelas ocorrem primordialmente em formas ligeiras, em menor número em formas severas, não se verificando a ocorrência de ambos os tipos de severidade.

Caracterizámos os diferentes tipos de abuso quanto à sua prevalência e modo de ocorrência apelando ao género e ao papel do sujeito enquanto perpetrador ou vítima. Passaremos agora sintetizar os resultados obtidos em termos da cronicidade.

Para a perpetração, entre os tipos severidade ligeiro, as formas de abuso mais prevalentes são também as que ocorrem mais continuamente, a saber: a coerção sexual (+12 vezes/ano) e a agressão psicológica (+10 vezes/ano); tal não se verifica quando consideramos as formas severas dos diferentes tipos de abuso, apesar de a agressão psicológica (+6 vezes/ano) ser a mais prevalente e a mais crónica, o abuso físico com sequelas (+5 vezes/ano) é pouco prevalente mas acontece repetidamente. Para a vitimização, quer o abuso mais prevalente, a agressão psicológica (+11 vezes/ano), quer o menos prevalente, o abuso físico com sequelas (+11 vezes/ano), acontecem mais vezes que os restantes tipos de abuso para a severidade ligeira; mantendo-se ainda para as formas mais severas, respectivamente, abuso físico com sequelas (+8 vezes/ano) e agressão psicológica (+6 vezes/ano) como aqueles que mais vezes ocorrem ao longo do ano.

Parece importante sublinhar que o abuso físico com sequelas, além de acontecer apenas em categorias de severidade mutuamente exclusivas, é a forma severa mais continuada entre todos os outros tipos de abuso. Convém salientar ainda que para este tipo de abuso, apesar da elevada cronicidade obtém-se uma baixa prevalência, e embora as mulheres sejam menos vítimas que os homens, são-no de uma forma mais continuada, o que vem esclarecer a ambiguidade entre os resultados dos estudos no que se refere às diferenças de género (Bachman, 1998; Bernard & Bernard, 1983; Magol et al., 1997; Marshall & Rosen, 1987; Rennison & Welchans, 2000; Straus et al., 2002, 2003).

Para além disso, considerando as diferenças intra-grupo na perpetração e vitimização as mulheres são mais vítimas que perpetradores de abuso físico sem sequelas, reforçando o que Rennison e Welchans (2000) defendem a este respeito, e refutando o sustentado por Magol e col. (1997); quanto aos homens não se obtêm diferenças na perpetração e vitimização para os diferentes tipos de abuso.

Para as diferenças entre os géneros, no respeitante à vitimização, os homens são 5 vezes mais vítimas de abuso físico com sequelas que as mulheres; não existem diferenças para os restantes tipos de abuso, à semelhança do encontrado em estudos similares (Magol et al., 1997; Deal & Whampler, 1986). Gelles (1980) atribui duas explicações para este resultado: em primeiro lugar, o autor refere que nas sociedades patriarcais os homens como se vêem numa posição superior são menos humilhados quando vítimas de agressão e por isso podem mais facilmente admiti-lo; em segundo lugar, as mulheres admitem a vitimização como um fenómeno normal e por isso reportam-na menos. Também Deal e Whampler (1986) consideram que tal facto é explicado porque a perpetração por homens é um fenómeno mais normal e por isso não lhe é prestada tanta atenção, sendo assim menos reportada; ao contrário da perpetração por mulheres que, enquanto fenómeno menos normal, será mais recordado e, por conseguinte, mais revelado. Considerando o papel da mulher na perpetração do abuso no relacionamento íntimo, estes autores referem ainda que sendo esperado a mulher ser menos agressiva que o homem, a agressão partida de si é mais facilmente rotulada como um acto agressivo que quando advém do homem, o que poderá conduzir a um relato superior nos homens face às mulheres. Gelles, salienta ainda que 'quando as mulheres e os homens se agridem, as verdadeiras vítimas são as mulheres' (1980, 128), facto este corroborado pelas estatísticas oficiais, quer norte-americanas quer portuguesas, a respeito dos homicídios por abuso físico, nos quais as mulheres são três vezes mais vítimas que os homens (Dias, 2000; Rennison & Welchans, 2000), o que pode indicar que os homens, apesar de reportarem mais vitimização, são quem com mais frequência determina sequelas graves na sequência do abuso físico.

No que se refere à perpetração, os dados deste estudo mostram que os homens perpetram 4 vezes mais coerção sexual que as mulheres, à semelhança do que é reportado por outros autores (Rennison & Welchans, 2000; Straus et al., 2003); mas não se verificam diferenças para a perpetração de outros tipos de abuso. Este resultado pode dever-se a estereótipos sexuais, onde é esperado que o homem tenha a iniciativa no relacionamento sexual, como forma de afirmação da sua masculinidade. Para as restantes formas de abuso, a simetria encontrada na perpetração em homens e mulheres pode ser resultante do facto de as mulheres perpetrarem o abuso como forma de auto-defesa como sublinham Straus e Gelles (1990).

Além dos resultados expostos, cabe aqui ainda referir algumas limitações encontradas neste estudo, que passamos a expor:

Em primeiro lugar, a baixa prevalência de abuso físico com sequelas restringe a interpretação dos resultados, assim como o elevado número de *missing*, uma vez que as escalas são obtidas pela soma dos itens. Em segundo lugar, vale a pena questionar a co-ocorrência de agressão psicológica e de abuso físico. Se por um lado a agressão psicológica poderá ocorrer isoladamente, já o abuso físico é menos plausível que aconteça sem a co-ocorrência de agressão psicológica; este aspecto não foi abordado neste estudo, não se obtendo informação a respeito da escalada do abuso de uma forma para a outra como

alguns autores questionam (e.g., Stets & Straus, 1990). Em terceiro lugar, dadas as características sócio-demográficas da amostra, os resultados dificilmente poderão ser generalizados, nomeadamente para amostras clínicas e além de jovens adultos universitários. No entanto tivemos o cuidado de utilizar diferentes licenciaturas e contemplar quer o ensino superior privado quer público, para abarcar diferentes níveis sócio-económicos, não se administrando o questionário em cursos de psicologia como forma de contornar enfiamentos relativos à área do conhecimento em questão. Em quarto lugar, uma vez que apenas um dos elementos da díade responde ao questionário, tornando difícil saber se os dados espelham a realidade de facto, estes podem ser exagerados ou minimizados no que respeita ao próprio ou ao companheiro. Esta limitação será contornada num estudo posterior em que se obtêm ambos os questionários, do sujeito e do companheiro. Em quinto lugar, uma dificuldade metodológica inerente à maioria dos estudos sobre o abuso no relacionamento íntimo tem a ver com a falta de uniformização na conceptualização deste conceito e a grande divergência sobre o que é ou não é abuso e que comportamentos é que se podem considerar abusivos, conduzindo a taxas de prevalência muito discrepantes entre os estudos, podendo mesmo induzir comparações erróneas, se não se especificar por exemplo a severidade. Tentámos contornar este facto adoptando regra geral as definições de abuso propostas por Straus e col. (1996) e tipificando os diferentes tipos de abuso atendendo à severidade proposta por estes mesmos autores. Em sexto lugar, a respeito da cronicidade, uma limitação metodológica patente tem a ver com o período de tempo de um ano face ao qual se torna mais difícil a precisão da avaliação da frequência na ocorrência dos eventos. Para contornar esta limitação, para além do período de tempo de um ano, os sujeitos deveriam mencionar também a frequência do abuso num intervalo de tempo inferior (e.g. um mês). Em último lugar, não devemos esquecer tratar-se de um estudo retrospectivo, apresentando as limitações que lhe são inerentes.

Concluindo, a investigação que apresentámos permitiu conhecer a prevalência dos diferentes tipos de abuso em jovens adultos, possibilitando a caracterização e descrição do fenómeno numa amostra da comunidade, onde a severidade ligeira é mais evidente que a severa. Contribuiu para a caracterização da qualidade do relacionamento íntimo no início da idade adulta, salientando não apenas o abuso que acontece mais correntemente como também aquele que é mais crónico e ainda por quem ele é usualmente perpetrado. Assim, pode revelar-se como um importante contributo na delineação de estratégias de prevenção mais eficientes, precoces, sensíveis e adequadas a cada situação, permitindo atender especificamente às características inerentes à ocorrência de cada um dos diferentes tipos de abuso no relacionamento íntimo neste período da vida.

RÉSUMÉ

Violence dans les rapports intimes: Étude prévalence chez les jeunes adultes portugais

Cette étude se dirige à la question de la violence dans le cadre du rapport intime chez les jeunes adultes portugais. Elle fut élaborée dans le but de définir la prévalence de perpétration et de victimes de maltraitance dans différents types de violence, plus particulièrement: la violence physique sans séquelles, la violence physique avec séquelles, l'agression psychologique et l'abus sexuel. Les

participants de cette enquête sont 318 étudiants universitaires (46.2% du sexe masculin et 53.8% du sexe féminin) appartenant à l'enseignement public et privé, dont l'âge se situe entre 19 et 39 ans. Chaque étudiant a répondu à la version portugaise du questionnaire «*Revised Conflict Tactics Scales*» (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996). Les résultats montrent que, tant en terme de perpétration que de victimes de maltraitance, l'agression psychologique est le type de violence dominante de l'échantillon (53.8 – 50.8%), suivi de l'abus sexuel (18.9 – 25.6%) et de la violence physique sans séquelles (16.7 – 15.4%); quant à la violence physique avec séquelles, elle survient moins fréquemment (3.8 – 3.8%). Pour ce qui est de la différence entre sexes, les hommes pratiquent plus souvent l'abus sexuel (33.7 – 8.0%) et sont aussi plus souvent victimes de violence physique avec séquelles (6.9 – 1.5%) que les femmes. Les cas légers de maltraitance se superposent fréquemment aux cas plus sévères et à la présence des deux types de gravité. L'accomplissement de la violence de la part des deux éléments (individu, compagnon) est en nombre supérieur en relation à celui commis pour seulement un des deux éléments du couple, bien que l'accomplissement et l'intention de violence soient intimement liés. Cette enquête caractérise la qualité du rapport intime entre jeunes adultes et suggère quelques idées pour élaborer des stratégies de prévention des différentes formes de violence dans le rapport pré-marital.

MOTS-CLÉ: Violence physique; Agression psychologique; Abus sexuel; Jeunes adultes; Rapport intime.

ABSTRACT

Abuse in intimate relationships: Prevalence study in portuguese young adults

This study focuses the problem of abuse in intimate relationships in Portuguese young adults. It aims to determine the prevalence rates of perpetration and victimization of different types of abuse: assault, injury, psychological aggression, sexual coercion. The Portuguese version of the “*Revised Conflict Tactics Scales*” (Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996) was administered to 318 undergraduate students (46.2% males and 53.8% females) with ages between 19 and 39 years old.

The results show that psychological aggression is the most prevalent type of abuse (53.8-50.8%) followed by sexual coercion (25.6-18.9%) and assault (16.7-15.4%); while injury is the least prevalent (3.8-3.8%) considering respectively perpetration and victimization. Regarding gender differences, either the perpetration of sexual coercion (33.7-8.0%) or the victimization of injury is more prevalent in men (6.9-1.5%) than in women. Minor types of severity are over-reported comparatively to severe and both types of abuse severity. A reciprocal perpetration (self/partner) is higher than a perpetration only by one of the elements, with perpetration and victimization significantly associated.

This investigation characterizes the quality of intimate relationships in young adults, suggesting some guidelines to attend when delineating preventive strategies for the different types of abuse in pre-marital relationships.

KEY-WORDS: Physical abuse; Psychological aggression; Sexual coercion; Intimate relationships; Young adults.

BIBLIOGRAFIA

- Abbey, A., Ross, L. T., McDuffie, D. & McAuslan, P. (1996). Alcohol, misperception, and sexual assault: How and why are they linked. In D. M. Buss & N. Malamuth (Eds.), *Sex, power, conflict: Feminist and evolutionary perspectives* (pp. 138-161). London: Oxford University Press.
- APAV (2003). www.apav.pt/estatisticas
- Bachman, R. (1998). *Incidence rates of violence against women: A comparison of the redesigned national crime victimisation survey and the 1985 national family violence survey*. VAWnet, National Electronic Network on Violence Against Women, April.

- Bachman, R. & Saltzman, L. E. (1995). *Violence against women: Estimates from the redesigned survey*. Bureau of Justice Statistics, Special Report, U.S. Department of Justice, August.
- Barnes, G., Greenwood, L. & Sommer, R. (1991). Courtship violence in a canadian sample of male college students. *Family Relations: Journal of Applied Family and Child Studies*, 40, 37-44.
- Barnett, O. W., Miller-Perrin, C. L. & Perrin, R. D. (1997). *Family violence across the life span*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bergman, L. (1992). Dating violence among high school students. *Social Work*, 37, 21-27.
- Bernard, M. L. & Bernard, J. L. (1983). Violent intimacy: The family as model for love relationships. *Family Relations*, 32, 283-286.
- Carver, R. S. (2000). Dating Violence and its relation to identity, self-esteem, and silencing the self among college women. *Dissertation Abstracts International, section A: Humanities and Social Sciences*, 60, 2702.
- Cate, R. M., Henton, J. M., Koval, J., Christopher, F. S. & Lloyd, S. (1982). Pre-marital abuse: A social psychological perspective. *Journal of Family Issues*, 3, 79-90.
- Coker, A. & Davis, K. (2001). *Impact of intimate violence on men and women: Analysis of the NVAW Survey*. Paper presented at 7th International Family Violence Research Conference. Portsmouth: New Hampshire.
- Coker, A., Smith, P., Bethea, L., King, M. & McKeown, R. (2000). Physical health consequences of physical and psychological intimate partner violence. *Archives of Family Medicine*, 9, 1015-1023.
- Deal, J. & Wampler, K. S. (1986). Dating violence: The primacy of previous experience. *Journal of Social and Personal Relationships*, 3, 457-471.
- DeKerseredy, W. S. & Schwartz, M. D. (1998). *Woman abuse on campus: Results from the Canadian national survey*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Dias, I. S. (2000). *A violência doméstica em Portugal: Contributos para a sua visibilidade*. Actas do IV Congresso Português de Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 17-19 Abril.
- Dye, M. & Eckhardt, C. (2000). Anger, irrational beliefs and dysfunctional attitudes in violent dating relationships. *Violence and Victims*, 15, 337-350.
- FBI (1996). *Crime in the United States – National violence against woman survey*. Uniform Crime Reports, 17.
- Figueiredo, B., Bifulco, A., Paiva, C., Fernandes, E., Matos, R. & Maia, A. (2004). History of abuse in Portuguese parents. *Child Abuse and Neglect (in press)*.
- Figueiredo, B. & Paiva, C. (2001). Maus tratos em amostras na comunidade: Prevalência de abuso físico e sexual. *Infância e Sociedade*, 4, 121-134.
- Gelles, R. J. (1980). Violence in the family: A review of research in the seventies. *Journal of Marriage and the Family*, 42, 873-885.
- Gelles, R. J. & Straus, M. A. (1988). *Intimate Violence*. New York: Simon & Schuster.
- Henton, J., Cate, R., Koval, J., Lloyd, S. & Christopher, F. S. (1983). Romance and violence in dating relationships. *Journal of Family Issues*, 4, 467-482.
- Kilpatrick, D. G., Best, C. L., Saunders, B. E. & Vernon, L. J. (1988). Rape in marriage and dating relationships: How bad is it for mental health? *Social Forces*, 61, 484-507.
- Koss, M. P. (1988). Hidden rape: Sexual aggression and victimization in a national sample of students in higher education. In A. W. Burgess (Ed.), *Rape and sexual assault* (pp. 3-25). New York: Garland.
- Koss, M. P. (1993). Detecting the scope of rape: A review of prevalence research methods. *Journal of Interpersonal Violence*, 8, 198-222.
- Koss, M. P., Gidycz, C. A. & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 55, 162-170.

- Laner, M. R. & Thompson, J. (1982). Abuse and aggression in courting couples. *Deviant Behaviour*, 3, 229-244.
- Magol, L., Moffitt, T. E., Casi, A. & Newman, D. (1997). Gender differences in partner violence in a birth cohort of 21 year olds. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 65, 68-78.
- Makepeace, J. M. (1981). Courtship violence among college students. *Family Relations*, 30, 97-102
- Makepeace, J. M. (1983). Life event stress and courtship violence. *Family Relations*, 32, 101-109.
- Marshall, L. L. & Rose, P. (1987). Gender, stress and violence in the adult relationships of a sample of college students. *Journal of Social and Personal Relationships*, 4, 299-316.
- Muehlenhard, C. L. & Linton, M. A. (1987). Date rape and sexual aggression in dating situations: Incidence and risk factors. *Journal of Counseling Psychology*, 34, 186-196.
- O'Leary, K. D., Barling, J., Arias, I., Rosenbaum, A., Malone, J. & Tyree, A. (1989). Prevalence and stability of physical aggression between spouses: A longitudinal analysis. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 57, 263-268.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2002). *Versão portuguesa do questionário "Revised Conflict Tactics Scales" (CTS-2, Straus, Hamby, Boney-McCoy & Sugarman, 1996)*. Universidade do Minho, Braga. Manuscrito não publicado.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no contexto do relacionamento íntimo com o companheiro: Definição, prevalência, causas e efeitos. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 44.
- Plass, M. S. & Gessner, J. C. (1983). Violence in courtship relations: A Southern sample. *Free Inquiry in Creative Sociology*, 11, 198-202.
- Rennison, C. M. & Welchans, S. (2000). *Intimate Partner Violence*. Bureau of Justice Statistics, Special report, U.S. Department of Justice, May.
- Rush, M. E. (2000). Young woman's experiences of dating violence: A phenomenological study. *Dissertation Abstracts International, section B: The Sciences and Engineering*, 60, 4524.
- Stets, J. E. (1990). Verbal and physical aggression in marriage. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 501-514.
- Stets, J. E. & Henderson, D. A. (1991). Contextual factors surrounding conflict resolution while dating: Results from a national study. *Family Relations*, 40, 29-36.
- Stets, J. E. & Pirog-Good, M. (1987). Violence in dating relationships. *Social Psychology Quarterly*, 50, 237-246.
- Stets, J. E. & Straus, M. A. (1990). Gender differences in reporting of marital violence and its medical and psychological consequences. In M. A. Straus & R. J. Gelles (Eds.), *Physical violence in american families: Risk factors and adaptations to violence in 8.145 families* (pp. 151-165). New Brunswick, NJ: Transaction.
- Straus, M. A., Aldrich, T., Borochowitz, D. Y., Brownridge, D. A., Chan, E. L., Figueiredo, B., Gagne, M. H., Galliher, R. V., Hebert, M., Jamieson, E., MacMillan, H. L., Laporte, L., Paiva, C., Ramirez, I. L., Trochme, N., Walsh, C. & Yodanis, C. L. (2002). *Physical and sexual assault on dating partners by university students in nine countries*. Paper presented at the meeting of the European Society of Criminology. Toledo, Spain.
- Straus, M. A., Aldrich, T., Borochowitz, D. Y., Brownridge, D. A., Chan, E. L., Figueiredo, B., Gagne, M. H., Galliher, R. V., Hebert, M., Jamieson, E., MacMillan, H. L., Laporte, L., Ramirez, I. L., Trochme, N., Walsh, C. & Yodanis, C. L. (2003). *Prevalence and correlates of family violence worldwide: Estimates from the international dating violence study*. Paper presented at the International Seminar of Family Violence, Montreal, Canada.
- Straus, M. A., Gelles, R. J., & Steinmetz, S. K. (1980). *Behind closed doors: Physical violence in the american families*. New York: Doubleday/Anchor.
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S. & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, 17, 283-316.
- Straus, M. A. & Sweet, S. (1992). Verbal/symbolic aggression in couples: Incidence rates and relationships to personal characteristics. *Journal of Marriage and the Family*, 54, 346-357.

- Straus, M. H. & Gelles, R. J. (1990). *Physical violence in american families: Risk factors and adaptations to violence in 8.145 families*. New Brunswick, NJ.
- Sugarman, D. B. & Hotaling, G. T. (1989). Dating violence: Prevalence, context and risk markers. In M. A. Pirog-Good & J. E. Stets (Eds.), *Violence in dating relationships: Emerging social issues* (pp 3-32). New York: Pareger.
- Sugarman, D. B. & Hotaling, G. T. (1991). Dating violence: prevalence, context and risk markers. *Journal of Family Violence*, 6, 97-114.
- Sugarman, D. B. & Hotaling, G. T. (1996). Intimate violence and social desirability: A meta-analytic review. *Journal of Interpersonal Violence*, 12, 275-290.
- White, J. W. & Koss, M. P. (1991). Courtship violence: Incidence in a national sample of higher education students. *Violence and Victims*, 6, 247-256.